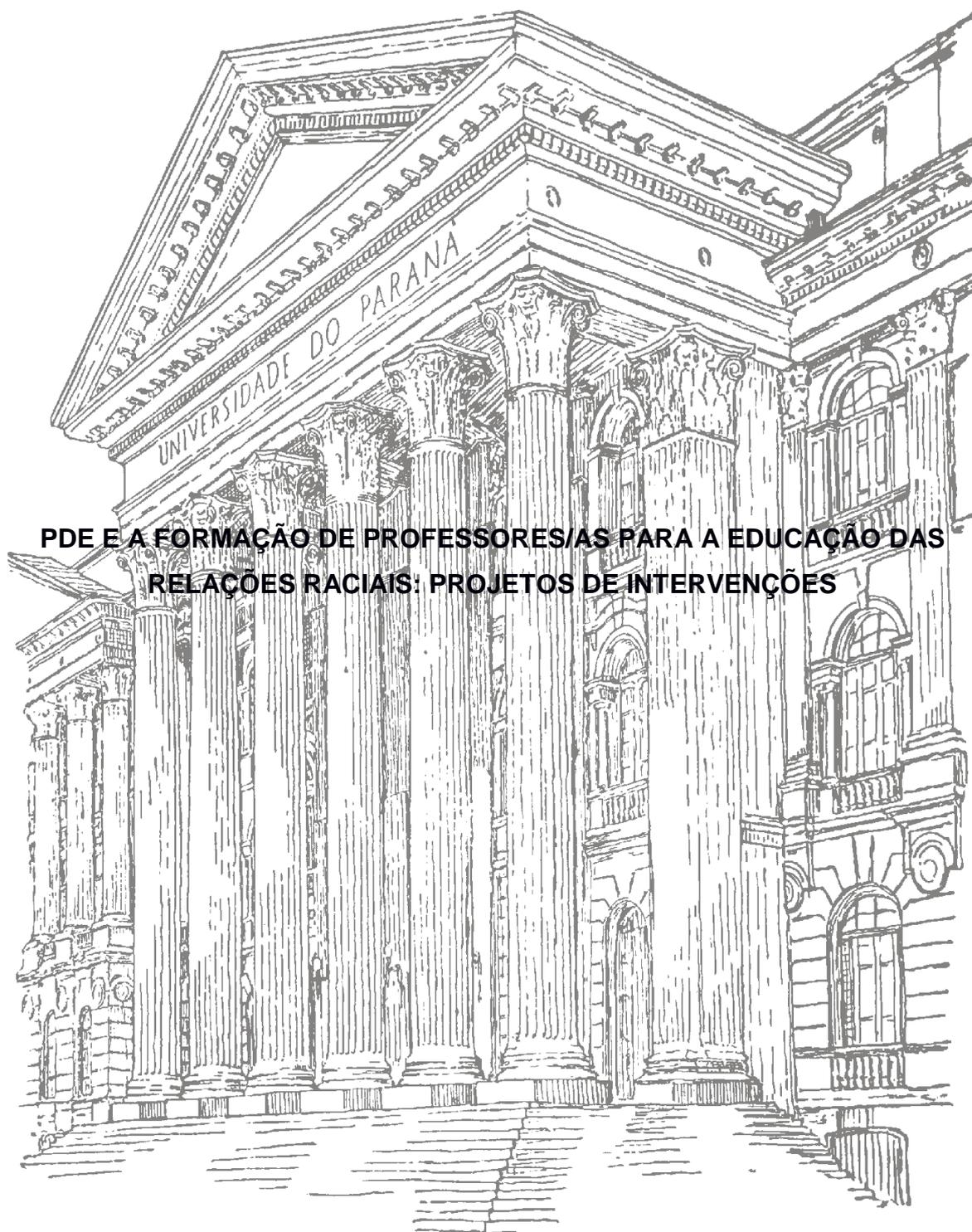


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



**PDE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES RACIAIS: PROJETOS DE INTERVENÇÕES**

CURITIBA
2015

ELIANE REGINA GRACIANO
TATIANE CRISTINA DA SILVEIRA

**PDE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES RACIAIS: PROJETOS DE INTERVENÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura
em Pedagogia, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do
título de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Lucimar Rosa
Dias

CURITIBA
2015

AGRADECIMENTOS

Eliane

A DEUS por absolutamente tudo!

Aos meus pais Ilza e Benedito, que com muito amor me ensinaram os valores da vida e sempre me incentivaram a estudar.

As minhas amigas irmãs Eligeane, Andréa e Camila, pelo amor e companheirismo.

Ao meu sobrinho Alexsander, pelo carinho e pelas experiências “científicas” na cozinha de casa.

Ao Carlos Cortes, pela tradução e pelo amor.

As amigas e amigos pelo afeto durante essa trajetória acadêmica de cinco anos.

Em especial à Vanessa e Alex, pelos consertos do computador e os cafés da noite.

Ao José Castro e a Marta Alves pela parceria, confiança e pelos telefonemas que foram necessários para que eu não desistisse de enfrentar o racismo institucional.

A Rosa Espelho, pelos textos e pela grande ajuda no início da construção deste trabalho.

Aos amigos Kely Cunha Jorge Santana, Sérgio Miguel, Débora Araújo, por serem exemplo de Coragem e Persistência Negra nesse espaço tão conservador.

Tatiane

A Deus agradeço pela saúde e disposição para que este trabalho se concretizasse.

Aos meus queridos e zelosos pais Maria e Miguel (meu porto seguro!) que não pouparam esforços, e na medida do possível, fizeram sempre o melhor: educando para a vida.

Aos meus irmãos queridos Gisele, Fúlvio e Emerson pela parceria desde as primeiras traquinagens na infância e me apoiam incondicionalmente.

Aos meus adorados afilhados e sobrinhos que compreenderam as minhas ausências.

Aos meus queridos amigos de longa data que sempre estiveram na torcida por mais essa vitória.

Agradeço, também as amizades que fiz durante o curso, pela companhia, carinho e suporte durante essa caminhada de cinco anos.

Um agradecimento muito especial para a nossa orientadora, pois a conclusão desse trabalho seria impossível sem as suas contribuições muito significativas dando suporte em todas as etapas quando se fez necessário.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A educação para as relações raciais ainda instiga discussões nas grades curriculares dos cursos de graduação e principalmente na formação continuada dos/as professores/as, nos diversos níveis e modalidades da educação brasileira. Ao refletir sobre as relações raciais e a formação continuada optou-se por abordar o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), elaborado pelo Governo Federal, que prioriza identificar os problemas da Educação Básica e propor ações de intervenção. No estado do Paraná a parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e as Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais e federais, busca a melhoria da qualidade da educação, aproximando essas instituições da realidade escolar. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar os Projetos de Intervenção, especificamente para relações raciais, realizados pelos/as profissionais da Educação Básica participantes do PDE-Curitiba e região metropolitana, no período de 2007 a 2014, buscando compreender o interesse que os/as instigou a produzirem os trabalhos neste tema. Utilizando os teóricos como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, foi realizado um levantamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos artigos na *Scientific Electronic Library Online – (SCIELO)*, bem como leituras de Documentos Oficiais do âmbito Federal, Estadual e Municipal. Por meio de entrevistas semiestruturadas de cunho qualitativo realizadas com 3 (três) professores/as, os resultados apontam que a formação continuada foi positiva, possibilitando aos/as professores/as realizarem os Projetos de Intervenção elaborando reflexões necessárias sobre relações raciais com os/as estudantes em sala de aula.

Palavras-chave: PDE. PDE-relações raciais. PDE-étnico-raciais. Projeto de Intervenção. Formação de professores.

RESUMEN

La educación para las relaciones raciales todavía suscita debates en los currículos de pregrado y en particular en la educación continua de los maestros y maestras así con los administradores de los distintos niveles y modalidades de la educación brasileña. Al reflexionar sobre las relaciones raciales y educación continua optamos por abordar el Programa de Desarrollo Educativo (PDE), preparado por el Gobierno Federal, que da prioridad a identificar los problemas de educación básica y proponer acciones de intervención. En el estado de Paraná la colaboración entre el Departamento de Educación del Estado y de las Instituciones de Educación Superior (IES) estatal y federal, buscan mejorar la calidad de la educación, estas instituciones se acercan a la realidad escolar. El objetivo de este estudio fue identificar y analizar los proyectos de intervención, específicamente para las relaciones raciales, hechos por la educación profesional de los/las participantes Básicas de la PDE-Curitiba y región metropolitana, de 2007 a 2014, tratando de entender la preocupación de que los/las instigado para producir el trabajo en esta área. Utilizando teóricos como Kabengele Munanga y Nilma Lino Gomes, se realizó una encuesta en la base de datos de Educación Superior de Personal de Coordinación de Mejoras (CAPES), y en los artículos de la Scientific Electronic Library Online - (SCIELO) y lecturas de documentos oficiales niveles federal, estatal y municipal. A través de la naturaleza cualitativa de entrevistas semi-estructuradas con tres (3) maestros/as, los resultados muestran que la educación continua fue positiva, posibilitando a los profesores la realización de Proyectos de Intervención elaborando reflexiones necesarias sobre las relaciones raciales con los/las estudiantes en el aula.

Palabras-clave: PDE. PDE-relaciones raciales. PDE-étnico-raciales. Proyecto de Intervención. Educación de maestros.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): UMA PROPOSTA PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL	11
2.1	PDE EM ÂMBITO NACIONAL	11
2.2	O PDE NO ESTADO DO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	13
2.3	PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA	18
3	POPULAÇÃO NEGRA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	20
3.1	HISTÓRICO SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL	20
3.2	MOVIMENTO NEGRO E AS REIVINDICAÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA	24
3.3	A EXCLUSÃO DO NEGRO DO PROCESSO EDUCATIVO E OS DESAFIOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	30
3.4	A FORMAÇÃO DE PROFESSOR/AS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS	33
3.4.1	O Paraná e a questão racial: dados censitários e localização da questão	37
3.5	LEGISLAÇÕES, FÓRUMS E ORGANIZAÇÕES	42
3.6	ESCOLA: ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA DESPERTAR A CONSCIÊNCIA E UMA NOVA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS	49
4	PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: TEORIA E PRÁTICA CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS	53
4.1	METODOLOGIA	53
4.2	RELATOS DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS	57
4.3	ANÁLISE, RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76
	DOCUMENTOS CONSULTADOS	80
	APÊNDICE 1 – CAPES: PDE E RELAÇÕES RACIAIS	84
	APÊNDICE 2 – PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA E EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES	95
	APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO	97
	APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO - PDE: PROJETO DE INTERVENÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS (2007-2014)	98

APÊNDICE 5 – LEI 10.639/03	99
APÊNDICE 6 – LEI 11.645/08	100

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem um alto grau de miscigenação e muitos acreditam que o racismo é algo que já foi superado. As práticas discriminatórias, racistas e sexistas bem como as desigualdades econômicas têm repercussões diretas no fazer pedagógico do cotidiano escolar e no rendimento dos estudantes.

A escola pode e deve contribuir para a superação dessa face vergonhosa da história do Brasil através de uma educação positiva para as relações raciais, que ainda é, um desafio a ser enfrentado promovendo não só saberes, mas práticas que promovam o respeito à diversidade, inclusão no currículo que discutam a diversidade sociocultural para desnaturalizar relações e desigualdades e valorizar todas as manifestações culturais existentes no país.

Este assunto é de extrema relevância, pois permeia as relações interpessoais e sociais nos mais diversos momentos e ambientes do cotidiano de crianças, homens e mulheres no mundo.

Sabe-se que a formação dos/as professores/as, pedagogos/as e gestores/as está além do ideal para compreender a temática, pois em várias universidades nos cursos de graduação, como a Pedagogia e outras licenciaturas, os currículos não foram reelaborados para pensar criticamente as relações raciais dentro e fora das escolas, mesmo após ser sancionada a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por tratar nos artigos 26 A e 79 B. A aprovação destas leis apresentam um grande avanço para o sistema educacional porque abre-se para o debate e para possíveis inserções sobre a cultura indígena, afro-brasileira e africana. No entanto, sabe-se que muitas escolas ainda não conseguiram implementar em suas vivências o que regem as leis. Busca-se compreender o que ainda falta para que realmente exista a aplicação da lei na formação de profissionais que poderão se deparar com situações de discriminação, injúria e racismo no ambiente escolar. É necessário refletir também sobre as ações e posturas escolhidas para cuidar da situação nesses momentos.

Visando a melhoria da educação brasileira o governo federal está sempre em busca de novas estratégias para implementação da legislação educacional. Ao refletir sobre os diversos programas federais, o Plano de Desenvolvimento

Educacional (PDE) se tornou objeto de interesse desta pesquisa, pois visa a melhoria da educação brasileira, priorizando que os/as estudantes tenham um ensino de qualidade e também sustenta a importância da formação continuada dos profissionais da educação para que se possa alcançar os objetivos esperados.

A necessidade de ter os estudos fundamentados na realidade escolar propiciou esta pesquisa a indagar-se sobre as relações raciais, a formação de professores/as e o PDE. Visando identificar e analisar os Projetos de Intervenção realizados pelos/as profissionais da educação participantes do PDE-Curitiba no período de (2007 a 2014) que tenham o recorte racial. Utilizando de referenciais teóricos como Nilma Lino Gomes e de entrevistas semiestruturadas procurou-se compreender a realidade escolar e os motivos que incentivaram os/as profissionais de educação a discutir as relações raciais com os/as estudantes, por meio de seus projetos de intervenção realizados no âmbito na sua formação no PDE.

2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): UMA PROPOSTA PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL

2.1 PDE EM ÂMBITO NACIONAL

O Plano de Desenvolvimento da Educacional (PDE) elaborado e oficializado nacionalmente no dia 24 de abril de 2007, simultaneamente à promulgação do Decreto nº 6.094, dispendo sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Compreendendo-a interligação deste com as mais de 40 ações governamentais, a gestão do país estava sob a responsabilidade do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, cujo objetivo anunciado do PDE era a melhoraria da qualidade da educação dentro de um período de 15 anos.

A prioridade do Plano de Desenvolvimento da Educacional (PDE) é construir uma educação com maior qualidade, superando a desigualdade de oportunidades, adequando-se as metas e objetivos plurianuais, desde a Educação Infantil à Pós-Graduação. A proposta do programa procura identificar os problemas que influenciam o ensino e a aprendizagem e propor soluções através de ações de intervenção, tendo um conceito administrativo fundamentado “no tripé avaliação, financiamento e gestão”. (BRASIL, [2012?], p. 1).

O Plano tem como meta reduzir as desigualdades regionais e sociais, com o objetivo de que todos/as exerçam o direito da aprendizagem e baseia-se em seis pilares: a) visão sistêmica da educação, b) territorialidade, c) desenvolvimento, d) regime de colaboração, e) responsabilização e f) mobilização social. E também em quatro eixos que norteiam o programa: Alfabetização, Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é um instrumento para auxiliar a gestão escolar no planejamento participativo, diagnóstico, planos, distribuição de recursos financeiros, priorizando as escolas públicas estaduais e municipais cujo índice de desempenho está abaixo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Este Plano ocorre por meio das etapas de preparação, autoavaliação (análise situacional ou diagnóstico), definição da visão estratégica e do plano de suporte estratégico, execução, monitoramento e avaliação. Na

intencionalidade de incentivar que a escola analise “o seu desempenho, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise, projeta o seu futuro, define aonde quer chegar, que estratégias adotará para alcançar seus objetivos, que processos desenvolverá, quem estará envolvido em cada processo e qual o perfil de saída de seus alunos.” (BRASIL, 2006, p.21).

Os dois pontos principais do Plano de Desenvolvimento da Educacional (PDE) são a valorização dos profissionais da educação e a formação de professores/as. Apesar do governo apresentar toda essa extensão de programas voltados a melhoria da qualidade da educação, estes não são recebidos pela sociedade sem críticas. Por exemplo, Saviani (2007, p.1233) argumenta que o Plano contemplando as mais de 30 ações se apresenta “como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”. Esta análise traz a preocupação de observar que um plano como este com uma grande diversidade de ações para serem aplicadas pode correr o risco de haver falhas e não ser aplicado com eficiência em sua maioria.

Para a autora Masson (2012, p. 172) o plano pode induzir ao engano de algumas interpretações, ocasionando uma execução contrária ao que se foi proposto. Na análise por ela apresentada as ações do plano demonstra uma conclusão que concorda com o pensamento de Saviani (2007), comparando o plano a uma “colcha de retalhos”, pois “agrega inúmeras ações que já estavam em andamento sem estabelecer uma efetiva articulação”. (MASSON, 2012, p.179).

Em relação à formação continuada de professores/as Masson conclui que o enfoque para solucionar os problemas educacionais direciona-se aos

resultados negativos obtidos pelo Ideb em detrimento de um investimento financeiro adequado revela a concepção de que condições subjetivas são suficientes para a resolução dos problemas educacionais. Sem uma melhoria significativa nas condições objetivas de trabalho, os avanços poderão ser insignificantes. As ações do MEC para a formação de professores têm contribuído para solucionar obstáculos imediatos, que impedem a melhoria da qualidade da educação, mas não os limites essenciais que poderiam contribuir para um projeto de educação positivamente sustentável em longo prazo. Essa é uma contradição presente nas políticas do MEC para a formação de professores, pois a superação dos limites fundamentais requer maiores investimentos na educação para a garantia de condições para uma sólida formação (MASSON, 2012, p.179).

Os bons resultados dos índices são necessários quando se tem o interesse de promover uma melhora na qualidade escolar. No entanto, é importante que a escola não se torne dependente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como se fosse a única fonte de financiamento, restringindo as atividades em âmbito escolar. Os olhares dos/as profissionais da educação, da comunidade escolar e da sociedade precisam também estar voltados, de forma ampliada, ao conjunto total das ações, para que essas sejam realmente implementadas e auxiliem no avanço educacional dos/as estudantes, que são os/as maiores beneficiados/as nesse processo. Nesse sentido a formação de professores/as, tanto inicial quanto continuada é de extrema importância para que se amplie o conhecimento do plano e se reflita sobre as possíveis mudanças em sala de aula.

As preocupações para que o plano se efetive são várias e a formação de professores/as é uma delas, pois o Plano apresenta diferenciações e particularidades na aplicação em cada estado e no Distrito Federal. No estado do Paraná esse plano se organiza há alguns e apresenta mudanças e benefícios nas vivências escolares.

2.2 O PDE NO ESTADO DO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

No item anterior pode-se conhecer as propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE nacional - cujo objetivo é a melhoria da qualidade da educação do país, com foco prioritário na Educação Básica, sendo necessário, o engajamento da sociedade civil, pais, alunos, professores e dirigentes para a permanência e melhores condições de aprendizagens dos alunos na escola. Em sua proposta o PDE nacional oferece a formação inicial e continuada totalmente à distância para professores, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

A proposta do Plano de Desenvolvimento Educacional do estado do Paraná – PDE do Paraná – propõe ações diferenciadas da proposta do Plano nacional, no qual o programa de formação continuada de professores da Educação Básica é realizada por docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), que orientam os/as professores/as da Rede de ensino estadual. É um programa integrado com as

instituições de ensino superior promovendo debates para a construção de uma educação de qualidade a partir das reais necessidades do ensino público no estado.

As siglas são as mesmas, porém as diferenças estão na forma como o PDE nacional e o PDE do estado se articulam na questão da formação de professores/as. Enquanto o Plano nacional se dá totalmente à distância criando um abismo pelo fato da formação ser aligeirada e fragmentada o que podemos notar na proposta do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do estado é interlocução das universidades públicas e as escolas, com encontros presenciais, cenário muito mais fecundo para as discussões.

No ano de 2007, o estado do Paraná formulou o Programa de Desenvolvimento da Educacional (PDE do estado). Estruturado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) em regime colaborativo com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) Estaduais e Federais.

O principal objetivo deste programa é proporcionar aos/as professores/as subsídios teórico-práticos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, que possam ser avaliadas em seu processo e em sua produção, que resultem em um redimensionamento de sua prática educativa na Escola. O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Paraná assume os seguintes pressupostos:

- a) reconhecimento dos professores/as como produtores de conhecimento sobre o processo de ensino e de aprendizagem
- b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na Educação Básica;
- c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontínua;
- d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior;
- e) criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber

este modelo de formação proporciona aos professores/as retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial, sendo realizado de forma presencial nas IES públicas do Estado. Em alguns momentos seria utilizada a forma semipresencial, em que os professores/as PDE entrariam

em contato com os pares nas escolas através de atividades postadas na página do Portal Dia a dia Educação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação, em formato de atividades colaborativas. (Moraes e Teruya, 2011, p. 10).

A regulamentação do Programa deu-se pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 e dessa forma pode-se ampliar os benefícios adquiridos pelos/a profissionais presentes no Plano Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná do ano de 2004. Com a execução do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) o estado reconheceu ainda mais a importância da formação continuada e da valorização do/a profissional da Educação Básica Pública e instituiu a organização do programa no estado, legitimando a importância, a vigência e a progressão por capacitação em âmbito estadual, visando o aprimoramento da educação (PARANÁ, 2010).

A classificação dos/as profissionais ocorre por meio do Processo de Seleção Interno, com edital lançado anualmente. O objetivo é selecionar professores/as do Quadro Próprio do Magistério (QPM), que estejam no segundo nível e nas classes 8 a 11.

O Quadro Próprio do Magistério (QPM) possui quatro (4) classes, quinze (15) níveis de elevação e respectivos vencimentos. Os/as integrantes do Quadro são todos/as os funcionários/as que trabalham nas unidades escolares e recreativas, órgãos de administração, que ministra, assessora, planeja, programa, acompanha, supervisiona, avalia, inspeciona, coordena, orienta e dirige o ensino.

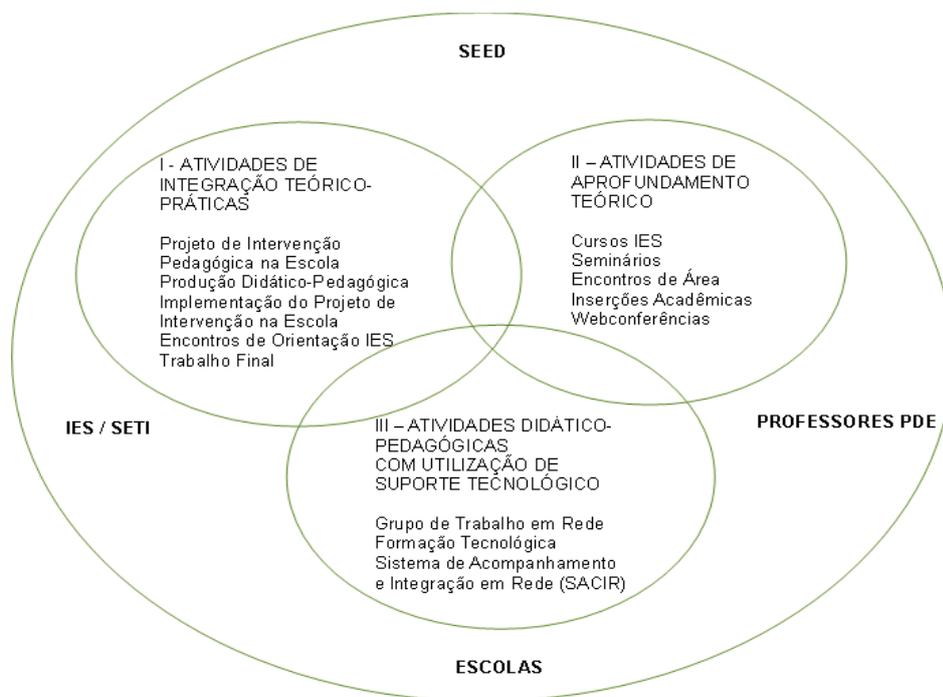
De acordo com a Secretaria de Educação, são ofertadas 2.000 (duas mil) vagas distribuídas em 17 (dezesete) Áreas/Disciplinas, sendo estas: Artes, Biologia, Ciências, Educação Profissional e Formação de Docentes, Educação Especial, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, Gestão Escolar, História, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Pedagogia, Química e Sociologia.

Os/As profissionais participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) desenvolvem atividades dentro de dois anos (quatro períodos semestrais). No primeiro ano o afastamento das atividades é integral e no segundo ano 25% da carga horária é disponibilizada para o Programa, conforme a Resolução Secretária Nº 1905/2007, que normatiza operacionalização deste. (CAVALLI, S/D, p. 5)

Professor/a Orientador/a das Instituições de Ensino Superior (IES) acompanham os/as professores/as cursistas do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) na realização das atividades. As ações são desenvolvidas ao longo dos encontros e através de um Plano de Trabalho que norteará a estruturação dos planejamentos das atividades.

O currículo do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) está dividido em três eixos de atividades (integração teórico-prática, aprofundamento teórico e didático-pedagógico com suporte tecnológico) durante quatro semestres. (FIGURA 1).

FIGURA 1 – PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PDE/PR



FONTE: PDE/SEED – 2010

No primeiro semestre a carga horária se divide em cursos, orientação, encontros de área, inserção acadêmica e a elaboração do Projeto de Intervenção. No segundo semestre mantém a mesma grade de atividades e insere-se a elaboração de material didático-pedagógico. O material pode ser trabalhado em vários formatos como mapa, unidade didática, atlas, artigo, digital (CD, DVD, software) caderno temático, caderno pedagógico, entre outros. Essa produção

didático-pedagógica, que se manter interligada com o Projeto de Intervenção, está presente no segundo período semestral. Para articular a teoria e a prática do/a professor/a cursista precisa esclarecer a intenção, a finalidade, objetivos, a fundamentação teórica, o método e a aplicação. Essa produção é uma

elaboração intencional do professor PDE ao organizar um material didático, enquanto estratégia metodológica, que sirva aos propósitos de seu Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola. Esta elaboração seguindo a definição proveniente do latim *elaborare*, significa preparar com detalhes o material, organizá-lo de modo a contribuir com o aprimoramento da prática pedagógica. Deve ser pertinente ao seu objeto de estudo/problema, considerando a sua área/disciplina de ingresso no Programa. (PARANÁ, 2013, p.1).

No terceiro semestre, no qual o/a professor/a cursista apresenta o afastamento de 25% da carga horária do local de trabalho, há a implementação do Projeto de Intervenção, assim como a participação no Grupo de Trabalho em Rede (GTR) que possibilita a interação via internet com professores/as cursistas e a aplicação do material didático. Com o

intuito de socializar as produções realizadas pelos Professor PDE durante o Programa, a saber: Projeto de Intervenção Pedagógica, Produção Didático-pedagógica, bem como questões específicas sobre a Implementação Pedagógica na Escola. Essa ação visa democratização do acesso aos conhecimentos teórico-práticos específicos das áreas/disciplinas do Programa escolhidas pelo Professor PDE. (PARANÁ, 2013, p. 9).

No quarto e último semestre em conjunto com as atividades tecnológicas tem-se a elaboração do artigo final, que tem o objetivo de

divulgar e socializar o trabalho desenvolvido pelo Professor PDE, na perspectiva de enfrentamento aos problemas do cotidiano da escola onde está inserido. A produção final do Programa, apresentado na forma de artigo científico, deve contemplar entre outras questões: a problemática estudada; os dados coletados em sua implementação e a análise consistente dos mesmos, para que seja construída uma proposta de conclusão que represente a dimensão do trabalho desenvolvido no ambiente escolar, como também as contribuições das discussões do Grupo de Trabalho em Rede – GTR. (PARANÁ, 2014, P.7).

As ações e princípios políticos que norteiam o Programa no estado, assim como as atividades, se baseiam em estudos orientados, na elaboração do material didático, orientações aos grupos de trabalho em Rede e objeto de estudo e proposta de intervenção na escola.

Durante os dois anos vinculados ao Programa, os/as profissionais devem realizar cursos gerais e específicos por áreas e atividades acadêmicas na Universidade, plano de trabalho, elaboração de material didático, implementação do projeto na escola e produzir um artigo final.

De acordo com Gonçalves e Cunha (2014)¹ em pesquisa realizada no município de Curitiba por meio de questionário com os/as professores/as cursistas do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), eles/as estavam satisfeitos com o Programa. Esta se destinava a compreender a eficiência do formato curricular do Programa, a problematização entre a relação entre professores/as orientandos/as e orientados/as (abordando o distanciamento da realidade universitária e a realidade escolar), e a recepção escolar frente aos projetos de intervenção na escola, além do material didático-pedagógico. Nos diversos relatos apresentados pelos/as cursistas, a pesquisa apresentou que o afastamento da sala de aula, a oportunidade de olhar criticamente a própria prática, ter novamente contato com a vida acadêmica intensa, o estudo e a pesquisa da prática possibilitou novos conhecimentos e produziu alguma eficácia no processo de formação pessoal e profissional.

2.3 PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Os Projetos de Intervenção Pedagógica são elaborados por meio da problematização dos desafios que ocorrem no ambiente escolar, nos quais a escola necessita superá-los para avançar na real construção da cidadania. A relação intencional entre a Produção Didático-pedagógica e o Projeto de Intervenção na Escola mostra a possibilidade de se concretizar a almejada articulação entre teoria e prática na Educação Básica, que está prevista e estrutura para ser uma realidade no currículo deste programa e na escola na qual atua o/a professor/a cursista.

Em conjunto com o/a professor/a orientador/a a construção do Projeto parte-se “da delimitação clara da situação problema, seguida da justificativa, dos objetivos,

¹ GONÇALVES, Estephany Zerguer; CUNHA, Cláudia Madruga. **Relação da pesquisa do professor PDE com sua prática pedagógica**. 22 EVINCI (Encontro de Iniciação Científica da UFPR) e 6 EINTI (Encontro de Iniciação Tecnológica da UFPR), 2014, Curitiba: PRPPG-UFPR, 2014. Disponível em: <<http://192.185.215.216/~siepeufpr/evinci/0632.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

da fundamentação teórica, das estratégias de ação, do cronograma e das referências.” (PARANÁ, p. 6, 2014).

Partindo do questionamento à estruturação o Projeto requer o avanço e melhoria do ambiente de trabalho por parte desses/as profissionais, que refletem e se dedicam na elaboração e execução do mesmo.

A realização do projeto é prevista para o terceiro período do curso, no momento de

retorno do Professor PDE à escola para implementação de seu Projeto, sempre contando com o acompanhamento dos professores orientadores das IES. A atividade de implementação resulta de ações planejadas e desenvolvidas ao longo do processo, como: as orientações nas IES, a participação nos cursos e demais eventos ofertados, além das produções elaboradas durante o primeiro ano do Programa. A implementação visa principalmente enfrentar e contribuir para a superação das fragilidades e problemas apontados pelo Professor PDE no ensino de sua disciplina/área, na escola para ser investigada no seu tema de estudo, com a finalidade de promover a melhoria qualitativa do ensino e da aprendizagem na escola de execução do Projeto. (PARANÁ, p. 7, 2014a).

A presente pesquisa objetiva também o levantamento de dados, o contato com os/as profissionais que escreveram e elaboraram seus projetos de intervenção direcionados a reflexão das relações raciais. Mesmo após a implementação da Lei 10.639/03, sabe-se que os muitos cursos de licenciatura ainda não abordam a temática na formação de professores/as, deixando uma lacuna na formação profissional e pessoal que poderá acarretar sérias dificuldades de atendimento, compreensão e resolução em casos de racismo, preconceito e discriminação na escola.

Inseridos novamente no meio universitário, esses/as profissionais participam de um processo que os/as ajudam a refletir sobre as possibilidades de transformação da realidade escolar, além de problematizar suas práticas pedagógicas. Os espaços de estudos e convivência com seus pares tornam-se propícios para a troca de experiências e revisão da própria prática na docência ou gestão. Nesse sentido a presente pesquisa busca investigar as necessidades e realidades que motivaram os profissionais da educação a estudarem, pesquisarem e escreverem o Projeto de Intervenção na Escola sobre as relações raciais.

3 POPULAÇÃO NEGRA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

3.1 HISTÓRICO SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Das diversas regiões pertencentes ao continente africano constata-se que milhões de pessoas foram retiradas de seus lares, de suas culturas, suas nações, suas religiões, escravizadas e trazidas ao Brasil, introduzidas pelos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo (incluindo o Paraná que na época pertencia a este estado) (AZEVEDO, 1975, p. 12), Santa Catarina, Rio Grande do Sul e se espalhando pelo país. Como em todo continente americano a crueldade, a violência física, a violência sexual, a morte de homens e mulheres africanos/as existiram no período de colonização para que houvesse o “desenvolvimento” das terras.

Os/as negros/as africanos/as que conseguiram sobreviver às condições desumanas de alimentação, higiene e doenças das embarcações nos navios entre os continentes, ao chegar no Brasil depararam-se com a separação de suas famílias, com a convivência de diferentes culturas e línguas africanas, com a escravização de seus corpos com o objetivo de dividir e não manter a consciência de grupo e classe.

Com o intuito de manter a lógica do enriquecimento, esses homens brancos portugueses, franceses, espanhóis, holandeses e ingleses transformaram o comércio de seres humanos escravizados em uma fonte de renda inesgotável. O trabalho de pessoas escravizadas nas lavouras de cana-de-açúcar, na exploração de minérios, o doméstico, na pecuária, entre outros, mantinha-se rentável mesmo com as constantes mortes geradas pela má alimentação, exposição excessiva ao sol, sem descanso, pois a preferência era comprar novas pessoas escravizadas e trocá-las quando necessário, ao invés de oferecer condições necessárias para vivessem por mais alguns anos. (AZEVEDO, 1975, p. 14).

Esse processo proporcionou muitas vantagens econômicas para os senhores de engenho e movimentou a economia do Brasil por meio da exploração, do controle imposto pelo medo no qual as pessoas escravizadas eram submetidas às condições mais precárias de vida e aos piores castigos físicos por longos anos. O tráfico negreiro perdurou por trezentos anos no Brasil e foi proibido após a

aprovação da Lei Eusébio Queiroz em 1850, esta não permitia o tráfico e a comercialização dos negros no país. Mesmo depois a pressão imposta pela Inglaterra para a criação da lei o país manteve a tráfico por mais alguns anos.

As implementações de outras leis apontavam para o fim da escravização dos africanos/as no país, como em 1871, a Lei do Ventre Livre que dava liberdade aos/as filhos/as dos/as escravizados/as, porém a história revela que essas crianças permaneciam nas fazendas até 21 anos de idade e adquiriam uma “dívida” com os seus senhores. Essa condição de tutela forjada permitiu a exploração da mão de obra pelos donos da fazenda na justificativa que os pais não tinham condições de zelar e educar os filhos, ou seja, foi uma forma velada de apropriação do trabalho dos jovens. A Lei dos Sexagenários, em 1885, oferecia liberdade aos negros a partir dos 60 anos de idade, embora poucos conseguissem e alcançar essa idade devido às condições de sofrimento físico e psíquico nas quais eram submetidos ao longo dos anos.

Com o declínio da escravização no continente americano e o avanço do movimento abolicionista no país houve a decadência do sistema escravocrata, pois este não mais se autossustentava e ainda atrapalhava o desenvolvimento da nação.

Nesse contexto a abolição da escravatura ocorre em 1888. A partir de então se inicia uma nova realidade para a população africana e afrodescendente² no Brasil. A Lei Áurea não ofereceu o suporte necessário e “os libertos não eram protegidos por qualquer medida tendente a prepará-los para a nova condição legal e social e para enfrentar a competição com o assalariado e o imigrante no processo de desenvolvimento e industrialização”. (AZEVEDO, 1975, p. 25). Dessa forma a população negra foi obrigada a viver nas periferias das cidades e a conviver com as barreiras impostas pelos homens não negros, com falta de empregos, de saúde, de educação e destituídos de direitos sociais.

A cruel necessidade de algumas pessoas de se entenderem como superiores e compreenderem as outras pessoas como inferiores devido aos fenótipos, possibilitou a existência da escravização entre seres humanos. Essa situação

em qualquer época, seja qual for a sua razão ou circunstância, ou tipo de ocupação à qual estaria destinada tal força de trabalho, sempre será a mais cruel expressão na história da dominação entre seres humanos [...] A

² Descendentes de africanos. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a população preta e parda do país, totalizando a população negra. A autodenominação também apresenta caráter pessoal, ideológico e social.

escravatura africana é e não pode ser vista senão como mais um exemplo da propensão do ser humano de exercer a violência contra um outro ser humano sob o impulso da cobiça e do afã do lucro. Foi um verdadeiro crime contra a Humanidade arrancar entre 12 e 15 milhões de pessoas do Continente Africano, para serem sistematicamente escravizadas nas Américas pelo simples fato de serem de raça negra e, presumivelmente, de um estipe supostamente inferior. Isso não tem apelo. E aqueles argumentos que intentam amenizá-lo devem ser enquadrados como argumentos especiosos derivados de uma visão de mundo impregnada pelo racismo. (MOORE, 2012, p.187)

Em meio a tanta injustiça os movimentos de resistência negra sempre estiveram presentes para mostrar à sociedade que a escravização nunca foi branda e que a democracia racial existia somente nas mentes de autores que tinham a intenção de vender uma falsa imagem de felicidade e harmonia entre todas as etnias no Brasil. Ao contrário do que se ensinou em muitas escolas brasileiras até o final do século passado, a população negra não se manteve passiva a sua condição de escravizada e promoveu importantes manifestações como: Revolta dos Males (1835), Inconfidência Baiana (1798), Revolta da Chibata (1910), entre outras, nas quais lutavam ora pela libertação do/a negro/, melhoria das condições de trabalho e a erradicação da violência.

Durante o período de escravização a organização dos/as negro/as se deu muitas vezes como em espaços como os quilombos, pois as

fugas em bando e a formação de redutos denominados quilombos ou mocambos são, desde 1600, as manifestações mais ostensivas de resistência. Mais de vinte desses núcleos de refúgio e resistência, alguns dos quais requereram muitos anos para serem exterminados, foram registrados por José Honório Rodrigues, uns no Rio de Janeiro, em Mato Grosso, em Minas Gerais, no Pará, outros em Alagoas, na Bahia. Desses, o mais famoso foi o de Palmares, que alguns têm considerado – pelos seus milhares de moradores em vários núcleos e pela resistência. (AZEVEDO, 1975, p.22)

A educação da população negra no período de escravização sempre foi negada ou dificultada, pois a ideologia era manter a não instrução para que os dominadores se mantivessem o poder. Para isso a própria legislação era propícia como no artigo 69 do Decreto nº 1331-A/1854, no qual apresenta nitidamente que a presença do/as escravizados/as não seria permitida nas escolas públicas, também como o Decreto nº 7.031-A/1878 no qual os estudos noturnos eram oportunizados somente para homens libertos. Nas condições de sobrevivência em que se

encontravam, provavelmente, estudar durante a noite após um dia de trabalho árduo não era viável para a maioria dos/as negros/as.

Segundo Fernandes (2007, p. 56) após a abolição os/as negros/as que eram líderes com mais esclarecimentos informavam e educavam seus companheiros/as para compreenderem os direitos sociais, às melhores formas de organização, habitação, incentivo à alfabetização, conscientização política, entre outros assuntos. Na tese de Fonseca (2007) constata-se que nas pesquisas de Maria Lúcia Müller (1999) e Ana Maria P. da Silva (2000) na metade do século XIX houve a presença de professoras/as negros/as do magistério nas escolas públicas na Corte do Rio de Janeiro.

Cruz (2005, p. 22) encaminha a reflexão a respeito dos outros espaços vivenciados e não registrados ou que não estiveram presentes em documentos oficiais, em que havia a participação da população negra em processo de formação educacional e social e que não foram reconhecidos pela história oficial da educação, como os quilombos e as escolas alternativas. A autora relata a pesquisa de Henrique Cunha Júnior (1999) sobre a criação de uma escola no quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela no estado do Maranhão, entre os anos de 1838 e 1841 pelo homem negro de nome Cosme, além da constatação por Irene Maria Ferreira Barbosa (1997) da existência de escolas públicas para escravizados/as e pessoas negras que haviam se libertado no final do século XIX. Essas e outras pesquisas reafirmam a necessidade de incentivar aos/as docentes e estudantes da pós-graduação para a realização de trabalhos sobre esse tema, pois ainda há muito campo a ser estudado.

O início da história da educação dos/as negros/as, antes e nos anos seguintes a abolição, não participou nos currículos escolares nesses últimos quarenta anos. Esse tema não é explorado nos cursos de formação de educadores e nos cursos de graduação. A ausência de informações reforça a invisibilidade dos/as negros/as na sociedade, deixando consequências negativas e empobrecendo a discussão, pois este é um assunto relevante para que se possa construir uma nova concepção e consciência sobre os/as negros/as e o processo de educação, abandonando o senso comum preconceituoso que ainda perpetua no imaginário de diversas pessoas que desconhecem a verdadeira história da presença negra no país.

3.2 MOVIMENTO NEGRO E AS REIVINDICAÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA

A Educação sempre foi uma reivindicação das entidades do Movimento Negro Brasileiro a partir do século XX, que sempre buscavam o cumprimento dos direitos e equidade nos diversos espaços da sociedade. Essas acreditavam que a educação formal era uma possibilidade para a construção de uma sociedade mais democrática.

Os registros históricos apresentam diversos documentos e pesquisas em relação as organizações negras no decorrer da história brasileira desde o período da escravização. Nos espaços de religião, nos quilombos, entre outros faziam-se valer a necessidade de organizar-se para fortalecer e pensar a resistência negra. Pode-se pensar na educação da população antes depois da abolição da escravatura. Várias pesquisas afirmam que o modelo de educação dos/as negros/as existia de maneira mais informal, pois o intuito do branqueamento³ social era mantê-los longe da educação, das eleições, do reconhecimento e da ascensão social.

A lenta reorganização social possibilitou a visibilidade das entidades e do movimento negro no início da década de 1920. De acordo com a pesquisa de Pinto (1987, p. 9), que aborda sobre as principais bibliografias em relação à educação do negro brasileiro, o estado de São Paulo vivenciou o nascimento da imprensa e das associações nesse período. Estas eram espaços para o diálogo, solidariedade, socialização e principalmente para a formação educacional, pois tinham a intenção de que a população negra que estava a margem da vida e das decisões sociais, também pudesse ter conhecimento da cultura letrada e alcançar a ascensão social.

Para Lucindo (2010, p. 70) há uma diferença nas concepções, atitudes e significados dos locais denominados Clubes Recreativos e Associações Combativas

³ “A ideologia do branqueamento além de causar a inferiorização e a autorejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, que as leva a dele se afastarem, ao tempo em que vêem, na maioria das vezes, com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio físico e cultural, atribuindo a ele próprio as causas dessa situação”. SILVA, Ana Célia da. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos para a formação da alteridade. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tereza Maria (orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 87-101. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

e essa distinção refletia na formação dos/as negro/as que participavam destes espaços. Para o autor, os clubes recreativos paulistas como Club 13 de Maio, Centro Recreativo Smart, Grêmio Kosmos, Defensores da Pátria, Elite da Liberdade, entre outros, procuraram ser locais de encontro, apresentações artísticas, ações beneficentes, manutenção da cultura, assim como os espaços religiosos de matriz africana.

Já as associações apresentavam o interesse de oferecer ou melhorar a educação para a população negra, pois essa nunca esteve ao passo de disputar as cadeiras primárias, muito menos as universitárias e tantos outros espaços no mesmo patamar da população de imigrantes ou brasileiros/as brancos. Com a intenção de ampliar o conhecimento e o avanço intelectual, as associações utilizavam o termo combativo que denominava

às instituições surgidas por volta de 1920 que se diferenciavam de outros espaços por suas propostas de combate ao preconceito de cor e discriminação racial e a defesa da “classe dos homens de cor.” [...] Combativas eram, então, aquelas que tentavam “integrar” os afrodescendentes à sociedade de classe, eliminando os obstáculos que lhes impediam de competir com os brancos em pé de igualdade; isso tanto significou denunciar e criticar as práticas discriminatórias contra os afrodescendentes, quanto foi uma tentativa de inculcar padrões normativos que compartilhavam com as elites dirigentes. Isso fez com que os participantes dessas associações se afastassem de algumas práticas culturais consideradas impróprias na sociedade paulistana, passando a exaltar e assimilar as práticas dessas elites e de grupos considerados “bem-sucedidos” na luta contra a discriminação, como os italianos e seus descendentes. Por isso, o termo “defesa” esteve ligado à luta pela qualificação intelectual e profissional, em que foram apontadas as mazelas causadas pelo analfabetismo e do emprego não especializado no meio. (LUCINDO, 2010, p.59).

A necessidade de união, para combater as diversas formas de preconceito e discriminação, instigou os escritores para concretizarem a circulação dessas ideias em jornais. Entre provocações e denúncias sociais, os veículos de informação paulista que circularam no início do século XX como o jornal O Alfinete, O Clarim d’Alvorada e o Centro Cívico Palmares continham ideias que incentivavam a educação, a elaboração de bibliotecas, salas de leitura e até mesmo a criação de escolas aos afrodescendentes para que pudessem ter acesso ao universo da leitura. Os participantes da organização do Palmares foram “Antonio Carlos, Benedicto Henrique Dias, Benedicto Teixeira, Manoel Antonio dos Santos, Raul de Moraes,

Pedro Alfredo Dias, Herculano Campestre, Alexandre Cardoso e Izaltino Veiga dos Santos” (LUCINDO, 2010, p. 61).

Essa imprensa que apresentava uma postura positiva em relação à população negra

rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época. (GOMES, 2012, p. 736).

As irmandades religiosas também contribuíram para a educação dos/as negros/as. De acordo com Lucindo (2010) a Sociedade de Instrução promovia educação de crianças na capela e eventos para expandir o colégio na década de 1902 em Campinas/SP, as ações do professor Francisco Oliveira possibilitaram a fundação do

Centro Literário dos Homens de Cor, que foi responsável pelo mais antigo jornal da imprensa negra conhecido, O Baluarte. Mais tarde, o centro literário se tornou na Federação Paulista dos Homens de Cor, que combatia e denunciava as práticas discriminatórias e também se destinava a criar mecanismo que possibilitasse ascensão social dos afrodescendentes de Campinas, ou seja, era uma associação combativa, da mesma forma que o jornal O Baluarte. (LUCINDO, 2010, p. 70)

A Frente Negra Brasileira teve um papel muito importante para a comunidade negra em meados de 1931 em São Paulo, pois era uma associação, que tinha um caráter político, beneficente, informativo e recreativo cujo objetivo era abrir escolas criando cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos com o intuito de integrar a vida social, política e cultural da população negra com a sociedade brasileira e lutava contra quaisquer tipos de discriminação racial. Em 1936 transformou-se em um partido político e um ano mais tarde, através de um Decreto assinado por Getúlio Vargas se torna um partido ilegível.

Sob a liderança de Abdias do Nascimento o Teatro Experimental do Negro (TEN – 1944-1968) surge no cenário brasileiro como uma forma de contestar a discriminação racial, buscando resgatar a herança africana por meio da formação de dramaturgos, atores e atrizes negras. O trabalho que o Teatro Experimental do Negro (TEN) desenvolvia primeiramente era recrutar e alfabetizar operários, empregados domésticos, funcionários públicos, com a finalidade de mobilizá-los a

questionar o espaço que ocupavam na sociedade abordando temas como o combate à discriminação racial, as dificuldades trabalhistas, mobilidade social, moradia, saúde, habitação e educação.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) também se articulava na imprensa através de publicações no jornal Quilombo (1944-1968) reivindicando o ensino gratuito para todas as crianças, admissão de negros em instituições de ensino secundário e universitário onde até então inexistia a presença de negros devido a discriminação racial e pobreza. Segundo Nascimento (2004) combater o racismo através da cultura, da educação e reconhecimento da identidade do negro, de maneira positiva, foram metas do programa educacional dessa organização.

Com o passar dos anos percebe-se um aumento das exigências por parte de novas gerações, reivindicando além do ensino fundamental o acesso ao ensino médio e ensino superior.

Segundo Dias (2005) a atuação do movimento negro na educação desde o início do século XX também buscou reivindicar a inclusão dos negros em escolas públicas na esfera de políticas educacionais. No processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4024/61) o termo raça chegou a ser discutido no texto legal, porém de uma maneira genérica e não falava explicitamente se a população negra seria ou não beneficiada pela escola pública e gratuita.

Da instauração da ditadura militar à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 5601/71) não havia nada muito consistente acerca da questão racial e somente há uma retomada no texto legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 9394/96) alterando artigos 26-A e 79-B através da Lei n. 10.639/03.

Em 1978 em São Paulo foi fundada uma entidade de caráter nacional o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR), sendo posteriormente rebatizado de Movimento Negro Unificado (MNU) em 1979 e ainda mantém suas atividades. Priorizando a educação e o trabalho como dois elementos fundamentais na luta contra o racismo

o MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. (GOMES, 2012, p. 738)

Com a redemocratização do Brasil o movimento negro liderou novos ideais e a educação passou a configurar novas lutas. Segundo Gomes

alguns ativistas conseguiram concluir a graduação e, com a expansão paulatina da pós-graduação em educação, cursaram o mestrado e, futuramente, o doutorado. Alguns deles iniciaram uma trajetória acadêmico-política como intelectuais engajados e focaram suas pesquisas na análise do negro no mercado de trabalho (González & Hasenbalg, 1981), do racismo presente nas práticas e rituais escolares (Gonçalves, 1985), analisaram estereótipos raciais nos livros didáticos (Silva, 1995), desenvolveram pedagogias e currículos específicos, com enfoque multirracial popular (Lima, 2010) e discutiram a importância do estudo da história da África nos currículos escolares (Cunha Junior, 1997). (GOMES, 2012)

Mesmo com as mudanças da realidade social brasileira, percebeu-se que as políticas públicas de educação ainda não atendiam os anseios e as reais necessidades da população negra. Após diversos debates que reivindicaram ações afirmativas na década de 1990, surgem novas discussões sobre a concepção de sociedade e nações pluriétnicas e multiculturais.

No dia 20 de novembro de 1995 realiza-se no Brasil a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida. Nesse ato é entregue ao presidente da república, na época Fernando Henrique Cardoso, o Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, reivindicando ações afirmativas na educação superior e no mercado de trabalho.

Em 2000 o movimento negro intensifica as ações reivindicando uma sociedade mais democrática e alcança mudanças no Estado, como a criação em 2003 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁴. Várias instituições de ensino superior adotaram ações afirmativas como, por exemplo, as cotas raciais, provocando muitas discussões alterações nos planos acadêmicos, além de divergências no setor político e intelectual. A promoção de conhecimentos científicos também foi beneficiada com a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN) que é

responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene), a qual se encontra em sua sétima edição. A ABPN surgiu para congregar pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente

⁴ Por motivos de reorganização do Governo Federal e da crise econômica do Brasil, unificou-se as Secretarias da Igualdade Racial, das Mulheres e dos Direitos Humanos.

um lugar de reconhecimento das experiências sociais do movimento negro como conhecimentos válidos. (GOMES, 2012, p. 739-740).

Algumas antigas questões reivindicadas na década de 1980 foram contempladas em 2003 quando foi sancionada a Lei 10.639, na qual os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foram alterados e se torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. O Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) 03/2004 e a Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) 01/2004 inclui a pauta da educação indígena com a Lei 11.645/08 e

apesar dos dissensos que tais iniciativas provocam em alguns setores da sociedade e do próprio Estado, bem como a sua implementação ainda irregular, é importante destacá-las. Citamos: o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); a inserção da questão étnico-racial, entre as outras expressões da diversidade, no documento final da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), em 2008, e da Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010; a inserção, mesmo que de forma transversal e dispersa, da questão étnico-racial e quilombola nas estratégias do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) em tramitação no Congresso Nacional; a Lei federal n. 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012, e a sanção pela presidenta da República da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. (GOMES, 2012, p. 740-741).

O Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi criada em 2004 e o movimento negro passa ter maior visibilidade nas reivindicações históricas do direito a educação e diversidade, cujo objetivo é diminuir as desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem ampliação e acesso à educação. O reconhecimento do Estado sobre as questões que envolvem a diversidade racial e as desigualdades só chegou nesse ponto a partir da forte atuação histórica do movimento negro.

3.3 A EXCLUSÃO DO NEGRO DO PROCESSO EDUCATIVO E OS DESAFIOS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Diversas pesquisas mostram que o acesso à educação está relacionado ao pertencimento da classe social, da mesma forma como os privilégios estão interligados com as relações raciais. Nesta pesquisa o conceito de raça não será compreendido somente nos termos biológicos e fenotípicos, mas como uma construção política, social e de identidade. Sendo este “conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.” (MUNANGA, 2003).

Como foi citado anteriormente, as ideias de branqueamento e existência da democracia racial atrasaram o desenvolvimento e inclusão da população negra nos setores da educação, assim como no mercado de trabalho, pois esta foi levada a permanecer, muitas vezes, à margem da sociedade, afastando-se as possibilidades de ascensão social aos longos dos anos.

Os indicadores de pesquisas como da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNADs), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que as desigualdades econômicas estão diretamente relacionadas com desigualdades raciais.

Segundo Henriques (2001) na década de 1990 as pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) comprovaram que

a pobreza incide em 47,8% sobre a população negra em 22,5% sobre a população branca. Os brancos são mais desiguais entre si e possuem menos pobres; os negros são menos desiguais e com mais pobres. A importante diferença na incidência da pobreza entre as duas raças está associada, em grande medida, à maior renda da comunidade branca, cuja renda média mensal é R\$ 400 e a dos negros é R\$ 170. (HENRIQUES, 2001, p. 26).

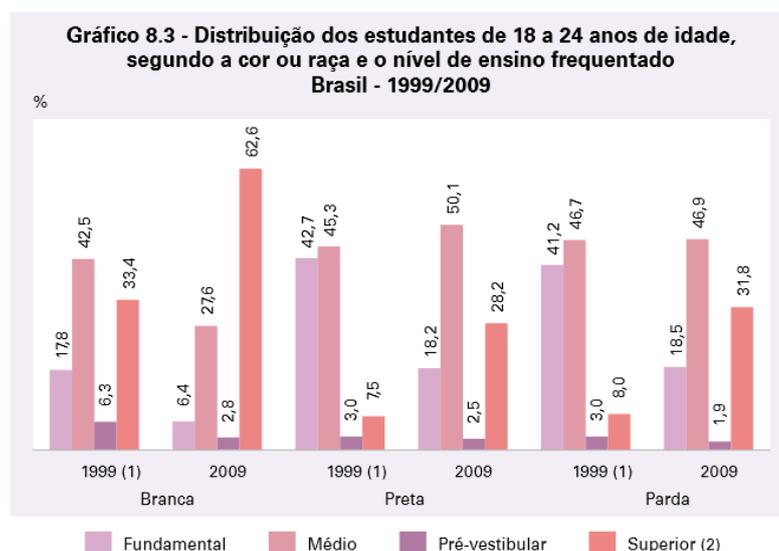
Nesse sentido, uma renda inferior pode influenciar na impossibilidade de aquisições tanto materiais, como os bens de consumo mais comuns, como no investimento do próprio capital humano, no aprendizado da cultura, arte, lazer e educação. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmaram que no ano de 2009, mesmo existindo uma diminuição do índice de analfabetismo funcional, as pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram o ensino fundamental apresentam-se

mais fortemente aos pretos (25,4%) e aos pardos (25,7%) do que aos brancos (15,0%). São 2,7 milhões de pretos e 15,9 milhões de pardos que frequentaram escola, mas têm, de forma geral, dificuldade de exercer a plena cidadania através da compreensão de textos, indo além de uma rudimentar decodificação. (IBGE, 2010, p. 227).

De forma parecida acontecem certos impedimentos ou não continuidade dos estudos da população na educação infantil, no ensino médio e no ensino superior. O modelo de ascensão social que está imposto no país impede que a igualdade social entre negros/as e brancos/as seja uma realidade, assim a sociedade se depara com uma divisão definida pela cor da pele, oferecendo a alguns e negando a outros uma série de privilégios.

No ensino superior a presença das pessoas negras ainda está menor em relação aos brancos (FIGURA 2). Esta situação é muito evidente como confirma a pesquisa nos cursos com maior concorrência e de prestígio social, como medicina e direito.

FIGURA 2 – ESTUDANTES E NÍVEIS DE ENSINO SEGUNDO RAÇA E COR



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive graduação, mestrado ou doutorado.

FONTE: IBGE (2010)

Após o sancionamento da Lei 10.639/03 que altera a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelece para a educação nacional a inclusão no currículo das redes de ensino o tema da História e Cultura Afro-Brasileira, da Lei 11.645/08 na qual amplia e modifica a Lei 10.639/03 abrangendo

também a História e a Cultura Indígena, da elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da criação da Secretaria Especial da Igualdade Racial (SEPPIR), a questão racial passou a estar presente na política do país, estas ações se devem ao grande trabalho de todas as pessoas que se dedicaram com o movimento negro ou agiram de forma independente ao longo dos anos para que a população negra obtivesse reconhecimento social. Com o intuito de diminuir as desigualdades sociais ocorridas pelo formato da construção do país foram criadas as Políticas de Ações Afirmativas.

São políticas desenvolvidas para que se compreenda a importância do reconhecimento, a reparação, valorização da história, da cultura e da identidade negra, principalmente combatendo o racismo, a discriminação e o preconceito. Os programas e ações organizados a partir do Governo Federal ressaltam a necessidade de discutir em âmbito nacional esses e outros assuntos, como a relação racial entre negros, indígenas e brancos. As políticas

de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir as desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (BRASIL, 2004, p. 4).

Pode-se destacar também: o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10) que visa garantir que a população negra tenha igualdade de oportunidades, garantia dos direitos e combate à discriminação, preconceito e intolerância; a Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução nº 8/2012); Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 1/2004 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; o Parecer nº 3/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana; a Portaria nº 4.542/2005 que institui a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros – CADARA; Portaria Normativa nº 18/2012 que dispõe sobre a implementação da lei de cotas e o Decreto nº 7.824/2012 que regulamenta a lei de cotas raciais e sociais.

Todo esse movimento de elaboração de leis, diretrizes, programas e ações foram construídos para que a realidade brasileira se torne melhor e possa viver a experiência das relações raciais de maneira saudável. Uma sociedade democrática e justa será consolidada quando houver a construção da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade de povos com suas singularidades no combate do racismo promovendo a formação de indivíduos conscientes de próprio papel. E para que essa transformação social ocorra a categoria que mais precisa de incentivos governamentais, pedagógicos, teóricos, entre outros, é a dos/as professores/as, que estão diretamente ligados à formação de mentalidades.

3.4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORE/AS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

Trabalhar com a educação sempre será um desafio. A ação de levar informações distintas a pessoas diferentes torna-se uma tarefa desafiadora independente dos níveis e das modalidades, por isso é de extrema importância que se tenha um investimento eficiente na formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação.

Educar aos outros e a si mesmo/a é um processo de longa duração, pois trata-se de uma transformação pessoal e a mudança de paradigmas vivenciada em cada cultura. Quando o assunto é educação para as relações raciais no ambiente escolar pode-se instalar certas polêmicas, no entanto é possível que se faça discussões com a comunidade escola para que o conhecimento sobre o assunto seja ampliado.

Esses fatores são grandes desafios a serem superados, sendo assim investir em educação pública e de qualidade é também elaborar propostas de formação centrada na reflexão sobre as desigualdades.

Segundo Gomes (2003, p. 159) a discussão em relação à diversidade étnico-cultural teve foco também para a formação de professores, iniciada nos anos de 1990. Neste período de discussões sobre a temática observou-se um

crescimento da produção de literaturas específicas trazendo abordagens de autores brasileiros e estrangeiros, porém o trabalho docente ainda não privilegia este tema.

Baseando na Constituição de 1988, nas reformulações dos dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e principalmente nas discussões foram elaboradas políticas de ações afirmativas que promovessem a equidade da população negra, com o mesmo valor de sua história e cultura sem discriminação. Este foi o

ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei nº. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas. (BRASIL, 2004, p. 10).

Os Estados, Municípios e as Secretarias de Educação têm desenvolvido ações voltadas para a questão racial oferecendo cursos, seminários, organização de equipes pedagógicas que estudam o processo, elaboração de diretrizes curriculares para a implementação da Lei 10.639/03. A nível nacional esse movimento ainda é tímido, fazendo com que muitos/as professores/as e gestores/as desconheçam essa legislação.

O impacto da promulgação da Lei 10.639 possibilitou a formação de um conjunto de ações afirmativas no plano legal voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura da população negra, isto foi de extrema importância para a educação brasileira por introduzir a discussão da realidade da população e a história da África nas salas de aulas.

A incorporação desta Lei nos currículos escolares e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) é necessária para que a realidade das pessoas negras na sociedade também seja discutida no ambiente escolar, assim como na formação continuada de professores/as, auxiliando na organização de atividades mais frequentes com os/as alunos/as, não enfatizando o tema somente em datas específicas ou comemorativas do calendário de atividades anual, como o dia 13 de maio ou 20 de novembro. Possibilitar que este tema faça parte do cotidiano escolar e deixe de ser um assunto tabu é transformar a escola, é uma ação que ajuda a

combater o preconceito, com as diversas vertentes, no ambiente e na vida de todos/as da comunidade escolar.

Entretanto esta Lei não pode ser compreendida somente como uma ação de caráter obrigatório imposta pelo governo federal, mas deve ser respeitada pelos/as professores/as e pelas escolas para que se abra um espaço de renovação do conhecimento e da prática escolar.

No que tange a formação de professores/as na perspectiva para as relações raciais é de suma importância, pois se tornou um desafio e é através desse esforço que se inicia possíveis discussões por uma educação antirracista na escolar.

Muitos trabalhos e pesquisas desenvolvidas na área da educação relatam que a necessidade de manter o processo de formação continuada é uma constante, pois sabe-se que grande parte dos/as professores/as não receberam formação para trabalhar com o tema de relações raciais e discutir as situações de racismo, discriminação, preconceito em sala de aula e no ambiente escolar. Essa falta de preparação pode interferir e comprometer a formação humana de docentes, além da possibilidade de prejudicar o desempenho dos/as discentes, pois receber uma informação possibilita a mudança de visão, além de ampliar o conceito sobre relações raciais e diversidade étnico-racial.

Refletindo sobre formação de docentes, a realidade escolar e as relações raciais as autoras Gomes, Oliveira e Souza (2010) desenvolveram uma pesquisa sobre formação de professores/as no estado de Minas Gerais, apresentando resultados positivos e mudanças reais na prática pedagógica. Essa formação continuada ofereceu aos/as docentes a troca de experiência e uma nova visão em relação ao assunto, além de proporcionar

a alguns docentes o desenvolvimento de certas estratégias pedagógicas como registro escrito de suas práticas e a reflexão acerca de suas posturas frente aos alunos. Segundo os/as professores/as entrevistados/as, a inserção em projetos e cursos de formação continuada e a participação em debates e seminários com enfoque nos conteúdos da Lei nº 10.639/03 podem ser considerados como percursos formadores que vêm somar e contribuir para a ampliação e sensibilidade diante da diversidade étnico-racial. (GOMES; OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p 63).

Experiências como essa comprovam que a formação continuada dos/as profissionais da educação dirigidas a relações raciais, precisa acontecer em todos os níveis e modalidades educacionais.

Muitos dos/as professores/as além de desconhecem, desvalorizam ou até desqualificam essa questão por acreditarem que é uma imposição de determinado grupo social. O despreparo é outro fator que impede o trabalho pedagógico e sua inserção no currículo, afetando o processo educativo. A urgência de valorizar uma educação na perspectiva positiva das relações raciais deve ser tratada com muito cuidado quanto a abordagem e o desenvolvimento, pois

é fato que nem a escola nem os centros de formação de professores 'inventaram', sozinhos, os diversos preconceitos e estereótipos. Isso não os isenta, porém, da necessidade de assumirem um posicionamento contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2003, p.160).

Nas salas de aulas se torna uma possibilidade muito enriquecedora para iniciar discussões que acercam valores, padrões de beleza e comportamentos. O papel do/a professor/a deve ser de comprometimento com uma escola que não apenas reproduza o conhecimento, mas que auxilie na construção do senso crítico dos/as alunos/as e na reflexão de algumas posturas em discursos preconceituosos, na maneira de tratar a diversidade e práticas discriminatórias.

O/A professor/a é um sujeito cultural e social que sofre, tanto positiva como negativamente, diversas influências ao longo do processo de formação, por meio da configuração histórica, social, e econômica da sociedade brasileira que ainda é marcada por preconceitos e discriminações. É preciso que os/as profissionais da educação trabalhem as implicações dos problemas raciais no dia a dia, compreendendo que este tema faz parte do currículo, que a implementação da Lei 10.639/03 foi um marco para a educação e que é importante desconstruir discursos e conceitos preconceituosos que atrapalham trabalho em sala de aula.

É importante salientar que este tema não fique a cargo somente de professores/as negros/as ou dos professores/as de História, Língua Portuguesa e Artes para abordar o tema étnico-racial com os/as estudantes, pois é preciso que exista discussão em todas as disciplinas para começar a desconstruir os preconceitos sociais, valorizando e positivando a diversidade nas relações raciais.

3.4.1 O Paraná e a questão racial: dados censitários e localização da questão

A legislação brasileira reconhece como crime qualquer movimento racista, porém quando se trata de igualdade de direitos, acesso e permanência na escola e no mercado de trabalho os números, ao serem analisados a partir de fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revelam discrepâncias do acesso de pessoas negras e brancas nos mais diversos setores da sociedade, principalmente nas escolas onde a exclusão no Brasil é marcada por relações de causa e efeito.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 o estado do Paraná possuía uma população de 10.444.526 habitantes nos 399 municípios. Este e os outros estados da região sul do país são conhecidos pela grande quantidade de pessoas de etnia branca, por motivo da imigração e colonização. A população que se declarou negra foi de 2.951.208 (pretos e pardos de acordo com a denominação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Na educação, dados apresentaram que os/as negros/as eram 386.963 com idade entre 6 e 14 anos no ensino fundamental; 82.175 entre 15 e 17 anos no ensino médio; 31.075 entre 18 e 24 anos no ensino superior, no entanto a quantidade de pessoas brancas era de 183.356 com a mesma faixa etária. Por meio desses números pode-se compreender que a escola é uma extensão da sociedade e por isso existe a necessidade de discutir temas relevantes como a discriminação racial, preconceitos e desigualdades sociais no cotidiano.

Portanto as ações afirmativas são necessárias devido a negação de direitos à dignidade da população negra ao longo da história do Brasil, sendo importante a elaboração de políticas específicas que transcendam as discussões no campo da desigualdade, sejam elas sociais, políticas, educacionais, entre outras.

O Estado ao sair do campo da neutralidade reconhece as desigualdades e diferenças, percebendo que ações mais pontuais devem ser elaboradas visando superar desigualdades entre os gêneros, orientações sexuais, raça/etnia, faixa etária, origem social e geográfica.

Entre as ações formativas e políticas afirmativas no estado do Paraná desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) houve a elaboração

dos Cadernos Temáticos Educando para as Relações étnico-racial, organizados no ano de 2008 durante a gestão do ex-governador Roberto Requião.

Tais cadernos subsidiam a prática docente, prioritariamente das escolas da Rede Pública do estado. Os temas propostos oferecem, além de informações, indicações bibliográficas, aporte teórico aos/as professores/as consolidando estudos e atualizações permanentes.

Acreditando que a educação para as relações étnico-racial não pode ser mais tratada como um tema transversal na forma de projetos ou um dia específico, como o Dia da Consciência Negra, as Diretrizes indicam que deve ser trabalhada em todas as disciplinas e contemplada no Projeto Político Pedagógico de todas instituições da Rede Pública do estado.

Os cadernos temáticos nasceram a partir da aprovação da Lei 10.639/2003 e a aprovação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana os quais foram incorporados nas discussões dos departamentos e equipes pedagógicas da educação do estado.

Em 2003 realizou-se um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a implementação e o acompanhamento da Lei 10.639/03 nas escolas públicas do estado do Paraná. Em 2004, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) organizou uma reunião estadual com os/as representantes dos Núcleos Regionais de Educação (NREs). Essa reunião teve objetivo em discutir o documento, realizar estudos e discussões em relação ao tema, também foi orientado a identificar professores/as interessados em divulgar seus trabalhos no “I Simpósio e Cultura Afro-brasileira e Africana” o qual teve 54 trabalhos apresentados. Esse simpósio ocorreu no centro de capacitação de professores/as Faxinal do Céu (atualmente desativado) e contou com atividades como: mesa redonda, atividades culturais e oficinas pedagógicas (capoeira, cultura africana, jogos, grupos de estudos e laboratórios de história e cultura afro-brasileira e africana).

Em 2005 foi publicado o I Caderno Temático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2006 surge o II Caderno Temático com o título: “História e cultura a afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais”. Tal

documento é fruto das discussões para promover aos/as professores/as, alunos/as e a comunidade escolar para valorização da história e reconhecimento da cultura afro-brasileira e africana no estado do Paraná, sendo composto de preceitos legais, sugestões de filmes, livros, revistas, sítios e artigos.

O estado do Paraná tem muito a avançar em relação a questão da temática étnico-racial. Observa-se que na gestão do Governo de Roberto Requião ocorreu um movimento intenso entre discussões e mobilizações dentro do estado a partir de 2003, após o sancionamento da Lei 10.639/03 e acredita-se que tal empenho seria devido a toda mobilização do Governo Federal em promover avanços nessa questão. O Conselho Estadual de Educação do Paraná em acordo com o artigo 3º, IV e 5º, I da Constituição Federal o artigo 1º, III, da Constituição do Estado do Paraná, as disposições da Lei n.º 10.639/03, que altera a Lei no 9.394/96, o Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 03/04 considerando a Indicação nº 01/06 da Comissão Temporária – Portaria nº 08/06 que a esta se incorpora e ouvida a Câmara de Legislação e Normas institui as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino no Paraná. O objetivo contempla desde a produção e divulgação de conhecimento como a incorporação no Projeto Político Pedagógico das instituições escolares a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Alegando dificuldades financeiras o governo atual do estado do Paraná, gestão de Beto Richa, tem imposto inúmeras medidas que comprometem a qualidade da educação paranaense, entre eles se encontra o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) (2014 e 2015) que pode sofrer alterações negativas na Lei Estadual que o normatiza. Outro fator que poderá gerar entraves nos avanços das questões de cunho étnico-racial envolve a retirada de professores dos departamentos que desenvolvem materiais paradidáticos e estratégias de ensino que auxiliam na prática dos/as professores/as que, muitas vezes, não têm tempo e nem formação adequada.

No meio acadêmico constata-se que a pesquisa científica está presente sempre abordando diversos temas relevantes que buscam a produção e a evolução

de novas ideias e conhecimentos. Seguindo essa premissa, da importância desses trabalhos permitiu a busca para compreender o que tem sido produzido a partir da Lei 10.639/03.

Foi examinado um conjunto de dissertações de mestrados (*Stricto Sensu*) que se referem a Educação e Relações Étnico-raciais defendidas no período que compreende desde a implementação da Lei 10.639/03 até o presente momento (2003-2015). São pesquisas importantes que constituem saberes voltados para temática. No acervo da biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR) do Programa de Pós-graduação foram encontradas seis dissertações relacionadas com a Educação e a questão racial no estado do Paraná.

Em grande parte dos trabalhos foi discutido a implementação da Lei 10.639/03, o racismo nas escolas públicas, aos livros didáticos, a representação dos/as negros/as na sociedade, o combate ao racismo e preconceito, as produções de materiais didáticos pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná e a falta da presença da cultura afro-brasileira e africana nas escolas da Rede pública do estado, também a educação como instrumento que pode combater o preconceito e o racismo “silenciado, existente na escola, em suas mais variadas formas.” (COELHO E SILVA, 2011, p. 2).

Em 2003 a autora Janeslei Aparecida Albuquerque publicou a dissertação de mestrado abordando o tema “O RACISMO SILENCIOSO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CURITIBA: IMAGINÁRIO, PODER E EXCLUSÃO”, analisando o processo histórico de invisibilização da população negra na cidade de Curitiba, discutindo o planejamento urbano como estratégia hegemônica do poder local e investigando a repercussão do ideário europeu da cidade sobre os alunos/as negros/as das escolas públicas de Curitiba bem como as práticas que essa exclusão gera no interior das mesmas.

O autor Abel Ribeiro dos Santos em sua pesquisa de mestrado publicada em 2007 abordou em seu tema “EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS: UM ESTUDO DE CASO” cujo estudo da pesquisa focou as relações raciais e as práticas educativas de professores/as dentro do contexto sócio educacional de escolas da região metropolitana de Curitiba. A pesquisa revela formas de silenciamento da questão racial e de práticas discriminatórias, a questão dos livros didáticos que ainda contribuem com a imagem negativa dos negros, ideias associadas ao período da

escravização e a inferioridade do negro da formação cultural do país e o despreparo de professores/as com a temática por desconhecimento. A pesquisa evidencia a importância da Lei 10.639/03 que não resolveu praticamente os problemas dos negros no Brasil, porém ela abriu caminhos para a problematização das relações raciais e diminuir as grandes diferenças sociais existentes no interior das escolas de todo o Brasil.

Em 2008 a dissertação de mestrado “FATORES OBSTACULARIZADORES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA NA PERSPECTIVA DOS/AS PROFESSORES/AS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR”, o autor Claudemir Figueiredo Pessoa Onasayo analisou a implementação da Lei 10.639/03, e os principais fatores que impedem a sua implementação nas escolas públicas do município de Almirante Tamandaré na perspectiva dos/as professores/as. Constatou na pesquisa a importância desta Lei como um resgate da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, essencial para a construção de uma sociedade sem racismos, sem discriminações e sem preconceitos que hoje afetam metade da população brasileira, os/as afrodescendentes; escolas e professores/as como protagonistas, portanto deve romper com práticas discriminatórias que produzem o racismo na escola e o dever do Estado em promover formação continuada aos professores dando subsídios a estes profissionais para o efetivo trabalho de reconhecimento e valorização a diversidade cultural no âmbito escolar.

Na dissertação de mestrado de 2010 pelo autor Jair Santana “A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE ARTES NAS SÉRIES INICIAIS: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E FOLCLORIZAÇÃO RACISTA”, analisou a implementação da obrigatoriedade legal do ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola, promulgada em 2003, no que tange especificamente ao ensino de Arte, em Escolas Públicas de um Município do Estado do Paraná refletindo o que está (ou não) sendo ensinado nas escolas, após a Lei 10.639/03 e como se deu o processo sob a perspectiva dos/as professores/as.

O autor Marcolino Gomes de Oliveira Neto⁵ em sua dissertação de mestrado em 2012 com o título “ARTE E SILÊNCIO: A ARTE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS E NO LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO DE ARTE DO PARANÁ”, analisou materiais produzidos e publicados pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), as Diretrizes Curriculares da Arte e Arte para Educação Básica e o livro didático público de arte para o ensino médio procurando identificar formas de estratégias (ou não) de hierarquização entre brancos/as e negros/as, pois levantou a hipótese de que a estética e a cultura africana e afro-brasileira eram silenciadas em publicações analisadas e foi comprovado durante a pesquisa que o sistema educacional prioriza a cultura europeia e está sendo supervalorizada como o ideal.

Mesmo com a existência de trabalhos no acervo da biblioteca sobre relações raciais em diversas áreas, a pesquisa direcionada especificamente ao estado paranaense observou-se um baixo volume de trabalhos que tratam da questão racial e que deixa evidente que ainda é muito pouco discutido o tema no meio acadêmico.

3.5 LEGISLAÇÕES, FÓRUNS E ORGANIZAÇÕES

No Brasil historicamente a população negra sempre foi alvo do racismo e de mecanismos de exclusão, sustentados por teorias racistas no século XIX que propagavam uma ideologia de superioridade da “raça branca”. Neste sentido, sempre houve a necessidade de buscar alternativas políticas e sociais para a superação das desigualdades.

As leis criadas pelo poder legislativo brasileiro foram encaminhadas para o bem viver entre todos os cidadãos no país. Para que essa convivência interpessoal seja mais eficaz e humanizada parte-se do pressuposto que todos/as precisam ter seus direitos respeitados. Infelizmente isso ainda não acontece forma generalizada na sociedade e há a necessidade de elaborar leis como a Lei 7.716/89, referente a definição dos crimes preconceituosos de raça e de cor em âmbito nacional. Nesse item do trabalho o direcionamento dar-se-á para o município de Curitiba por ser o campo dessa pesquisa.

⁵ Na data de publicação da tese o autor ainda utilizava o nome de registro, atualmente está em processo de conquista para mudança e reconhecimento do nome social.

No estado do Paraná as leis para o combate ao racismo, discriminação, preconceito e igualdade racial são amplas, porém nem todas ainda têm sucesso nas implementações. A Constituição do Estado do Paraná 1989 defende os direitos humanos, a igualdade e combate a qualquer forma de discriminação; a Lei 10.183/92 dispõe sobre os estabelecimentos que praticarem discriminação ou atos idênticos contra mulheres, sejam penalizados e no artigo 2º inciso VII § 3º, prevê que discriminação contra a mulher negra que aconteça no local de trabalho em relação a mulheres de outras raças; a Lei 13.553/02 inclui no currículo das escolas estaduais o tema Cidade-Cidadania, em seu artigo 2º inciso III a discussão do tema Gênero e Raça; a Lei 14.274/2003 cria a reserva de 10% (dez por cento) do total de vagas para os/as afrodescendentes nos concursos públicos.

A tabela abaixo exemplifica os municípios paranaenses que apresentam leis referentes a relações raciais e o combate à desigualdade racial.

TABELA 1 - IGUALDADE RACIAL-LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO	SÍNTESE
Cascavel	Lei 3.263/2001	Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - COMDECON, e dá outras providências.
	Lei 3.782/2004	Institui a Semana da Consciência Negra no Município de Cascavel e dá outras providências.
Curitiba	Lei 8.244/1993	Proíbe a Fabricação, a Comercialização, a Distribuição ou a Veiculação de Símbolos, Emblemas, Propagandas, Publicidade, Ornamentos ou Distintivos que Ostentem a Cruz Suástica ou Gamada que Induzam a Preconceito de Raça, Cor, Credo, Sexo e dá Outras Providências.
	Lei 10.921/2003	Dispõe sobre o Combate ao Racismo no Município de Curitiba e dá outras providências.
	Lei 11.833/2006	Cria o COMPER - Conselho Municipal de Política Étnico Racial, e dá outras providências.
	Lei 13.598/2010	Altera o art. 1º e o parágrafo 5º do art. 4º da Lei nº 11.833, de 4 de julho de 2006, que cria o COMPER - Conselho Municipal de Política Étnico Racial, e dá outras providências.
	Lei 14.224/2013	Altera a Lei nº 10.921, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o combate ao racismo no Município de Curitiba e dá outras providências.
	Lei 14.240/2013	Dispõe sobre a Inserção da Festa da Igreja do Rosário no Calendário Oficial de Eventos do Município de Curitiba, e dá outras providências.
Foz do Iguaçu	Lei 2.943/2004	Institui na Rede Municipal de Ensino, o Conteúdo "Educação Anti-racista e Antidiscriminatória".
	Lei 3.527/2009	Dispõe sobre a Criação do Dia da Consciência Negra no Município, e dá outras providências.
Guarapuava	Lei 1.792/2009	Dispõe sobre Feriado Municipal no Dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra.
	- Lei 5.079/1992	Institui no Calendário de Comemorações Oficiais do Município

Londrina		a Semana da Consciência Negra.
	Lei 6.212/1995	Inclui a Disciplina de Cultura Afro-Brasileira no Currículo das Escolas da Rede Municipal de Ensino.
	Lei 10.185/2007	Cria o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, Revoga a Lei nº 6.587, de 21 de Maio de 1996, e dá outras providências.
	Lei 10.816/2009	Cria o Feriado Municipal do dia da Consciência Negra a ser Comemorado no dia 20 de Novembro e inclui essa data no Calendário de Comemorações Oficiais do Município de Londrina.
	Lei 11.514/2012	Altera Dispositivo da Lei nº 10.185, de 27 de março de 2007, que instituiu o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - CMPIR.
	Lei 11.748/2012	Cria no Município de Londrina o Disque Racismo e dá outras providências.
	Lei 11.823/2013	Autoriza o Poder Executivo Instituir o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Integral às Pessoas Portadoras do Traço Falciforme e com Anemia Falciforme no Município de Londrina.
Maringá	Lei 5.307/2000	Inclui o Dia Nacional da Consciência Negra no Calendário de Eventos Culturais do Município.
	Lei 6.564/2004	Impõe Sanções às Pessoas Jurídicas que Praticarem Atos de Discriminação Definidos em Lei.
	Lei 6.573/2004	Dispõe sobre a Criação do Programa de Assistência Integral às Pessoas Portadoras do Traço e Anemia Falciforme no Município de Maringá e dá Outras Providências.
	Lei 6.969/2005	Altera A Redação do art. 3º da Lei nº 5503/2001 (confere atendimento no “Disque Violência” à comunidade negra).
	Lei 7.521/2007	Institui o Troféu Consciência Negra.
	Lei 8.276/2009	Torna Obrigatório o Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na Rede Municipal de Ensino e dá Outras Providências.
Ponta Grossa	Lei 4.261/1989	Institui na Cidade de Ponta Grossa a Semana das Etnias.
	Decreto 4.688/2011	Regulamenta e Estabelece Critérios para a Aplicação da Lei nº 7.696, de 21/07/2004, que Dispõe sobre a Reserva de Vagas para Afro-Brasileiros em Concursos Públicos para o Provimento de Cargos Efetivos.
	Lei 7.283/2003	Institui o Dia Municipal da Consciência Negra no Município de Ponta Grossa e Dá Outras Providências.
	Lei 7.696/2004	Dispõe sobre a Reserva de Vagas para Afro-Brasileiros em Concursos Públicos para o Provimento de Cargos Efetivos e Dá Outras Providências.
	Lei 7.928/2004	Estabelece a Identificação de Raça e Etnia nos Dados Cadastrais da Administração Pública Municipal de Ponta Grossa, Dá Outras Providências.
	Lei 8.983/2007	Dispõe sobre a Inclusão de Pessoas da Raça Negra nas Propagandas do Poder Público Municipal, e Dá Outras Providências.

FONTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (2015)

No município de Curitiba a Lei 8.244/1993 foi a primeira a trabalhar as atitudes não preconceituosas proibindo a fabricação, comércio, propaganda e outras ações que possuíssem a Cruz Suástica ou Gamada utilizada em caráter mundial como símbolo nazista, induzindo ao preconceito de raça, cor, religião e sexo. A Lei

10.921/03 refere-se ao combate do racismo, incentivando a participação das entidades negras, o fomento à produção cultural, assegurando ações sobre saúde e detecção de doenças que acometem as pessoas com mais frequência e apresentando medidas que valorizem a população negra. Essa lei foi alterada no ano de 2013, sob a Lei 14.224/13 e justamente o inciso V do artigo 1º que estabelecería o dia 20 de novembro como feriado municipal, foi barrado pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscon/PR), esse questionamento ainda tramita no Tribunal de Justiça do Paraná. Outras alterações também foram realizadas, mas sem grandes polêmicas. De acordo com as informações disponibilizadas pela Câmara Municipal de Curitiba, as discussões de combate ao preconceito, saúde da população negra, políticas públicas e igualdade racial acontecem há mais de onze anos, em formatos de solenidades, conferências, debates e audiências públicas.

Na Câmara Municipal de Curitiba também encontra-se a Lei 11.814/06 que institui 21 de março como dia municipal de combate ao racismo incluindo no calendário dos eventos locais; a Lei 11.833/06 que cria o Conselho Municipal de Política Étnico Racial como um órgão consultivo e deliberativo, para a representação fazem parte 12 integrantes, sendo esses/as 2 representantes do Poder Executivo Municipal, 2 do Poder Legislativo Municipal e 8 de entidades da sociedade civil organizada, cada qual com direito a um/a suplente. Essas e outras leis mostram que a questão racial conseguiu chegar ao nível do legislativo pelas diversas mãos dos movimentos sociais negros, foram construídas com muito esforço e precisam ser conhecidas por toda a sociedade para que se faça o controle social das execuções e também sugestões de melhorias das mesmas.

Alguns programas tentaram ser implementados, no entanto ainda estão em fase de articulação, muitas vezes a demora na execução ocorre por falta de infraestrutura. No caso do Programa SOS - Racismo a nível estadual (Lei 14.938/05), que foi aprovado em de outubro de 2005 e ficou sob a responsabilidade da Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania, somente dez anos depois obteve a nomeação dos membros para o grupo de trabalho e dar início a execução do programa, que em seu artigo 3º traz nos incisos os objetivos de

I – combater o racismo e toda e qualquer forma de discriminação e violência no Paraná; II – desenvolver ações no sentido de conscientizar a população

de todas as etnias de seus direitos de cidadão; **III** – contribuir para o avanço da legislação anti-discriminatória no Paraná e no Brasil; **IV** – denunciar a violência e a discriminação que sofrerem quaisquer das etnias no Brasil; **V** – elaborar materiais didáticos com objetivo de distribuição nas escolas públicas e privadas, para o combate a todo e qualquer tipo de discriminação; **VI** – estabelecer convênios ou parcerias com Universidades Públicas, Estaduais e Federais, bem como também com Instituições de ensino particulares, a fim da consecução dos objetivos do Programa; **VII** – estabelecer convênios ou parcerias com o Conselho Estadual de Psicologia, Ordem dos Advogados, seccional do Paraná e Secretarias de Estado e demais conselhos afins, para a consecução dos objetivos do Programa; **VIII** – manter estreito relacionamento com o Ministério Público Estadual e Federal, a fim de que sejam encaminhadas todas as discriminações constatadas para que aquela instituição promova a responsabilização dos envolvidos; **IX** – estabelecer convênios ou parcerias com outras instituições e programas congêneres. (PARANÁ, 2005)

O Ministério Público Estadual avançou nas discussões referentes as relações raciais e proteção dos direitos para os cidadãos e cidadãs ao criar, em 2012, o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER). Esse núcleo tem a finalidade de organizar pesquisas, capacitações, realizar e participar de eventos, incentivar o controle social, fiscalizar as leis de combate às desigualdades raciais, promover ações que promovam a igualdade étnico-racial e proteja os direitos, entre outras ações. Promove também a elaboração de materiais de apoio para a população e aos promotores de justiça, como o folder de combate e denúncia à discriminação por raça, cor etnia, origem ou religião racial.

No mês de outubro de 2013 a Assembleia Legislativa estadual sancionou a Lei 17.726 criando o Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial (CONSEPIR), sendo um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador do governo. De acordo com a lei, cabe ao conselho elaborar propostas, formular políticas, receber denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes, incentivar manifestações culturais, prestar informações sobre a população negra, entre outras ações. Composta por 28 membros representantes das secretarias estaduais, de outros órgãos públicos e das entidades sociais que trabalhem para promover a igualdade racial, o conselho aprovou neste ano de 2015 o Regimento Interno, reafirmando e esclarecendo as atividades que estão propostas nas leis, além da estrutura e organização para atender a população no combate à desigualdade étnico-racial. (PARANÁ, 2013).

As entidades presentes no estado se fazem presentes em vários eventos públicos, solenidades e projetos sociais atuando para diminuir o combate ao

preconceito, discriminação, desigualdade racial, o fortalecimento da identidade com a população negra e fornecendo informações sobre a cultura afro-brasileira e africana. Em Paraná está presente o Fórum Paranaense de Juventude Negra (FOJUNE); Fórum de Entidades Negras do Litoral Paranaense (FENDLP); Pastoral Afro-Brasileira da Igreja Católica; Fórum das Entidades Negras de Londrina (FENEL); Movimento Negro Unificado (MNU); Rede de Mulheres Negras-PR; Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afrobrasileira Humaitá; Encontro de Educadores/as Negros/as; Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial (Fpeder-PR); Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui-PR); Fórum Paranaense de Religiões de Matriz Africana; União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO/Paraná); Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos; Afro Globo Fórum Cultural; Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP); Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPAD); Núcleo de Pesquisas Afrobrasileiras (Neab) da UFPR, entre outras.

O Plano Estadual de Educação (PEE-PR) aprovado para vigorar até o ano de 2025 possui 20 metas, como plano de carreira, formação de professores, educação superior, alfabetização e financiamento da educação, entre outras. Está sob o monitoramento da Secretaria de Estado da Educação (SEED), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR), Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná e do Fórum Estadual de Educação (FEE-PR). Entre as competências estão a avaliação a Educação Básica (Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica-Saep), garantias para permanência escolar, organização de conferências, diretrizes orçamentárias e implementação das políticas públicas.

A Lei 14.681/2015 aprova o Plano Municipal de Educação (PME) para Curitiba, esta apresenta 26 metas e centenas de estratégias para garantir que a Educação Básica Municipal seja plena e eficiente. A respeito do combate ao preconceito apresenta possibilidades para superar todas as maneiras de discriminação e a meta número 25 propõe

assegurar no prazo de dois (2) anos a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, alunos e pais, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, às violências (domésticas/intrafamiliar, institucional e de trabalho infantil inadequado), o justo respeito às diversidades (entre os sexos, sujeitos que sofrem racismo,

sujeitos em sistemas correccionais ou detentos, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), a defesa aos direitos humanos (desde a concepção à morte natural), sem viés ideológico e com um maior envolvimento dos pais, com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas, resguardada a liberdade de consciência e de valores, no município de Curitiba. (CURITIBA, 2015).

Nas estratégias apresentam ações como discussões sobre a garantia dos direitos humanos com a participação dos pais e da comunidade, além de incluir no Projeto Político Pedagógico (PPP) e em materiais didático-pedagógicos temáticas “relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos de forma justa e que abordam várias perspectivas e pontos de vista.” (CURITIBA, 2015). Assim como proteger e promover os grupos historicamente discriminados.

No que se refere a educação a legislação estadual possui a aplicação da Lei 10.639/03 vigente nacionalmente; o Ministério Público do Estado realizou no ano de 2014 um questionário e enviou aos/as diretores/as das escolas e secretários/as da educação ofícios pesquisando sobre a implementação desta lei após os dez anos de sancionamento. A deliberação nº 01/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná estabelece as Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino. O livro didático oferecido pelo estado tem o intuito de apresentar aos/as estudantes as diversas religiões, incluindo as de matriz africana, incentivando ao conhecimento para desmistificá-las, promovendo a ação do respeito para a diversidade religiosa social.

Outra deliberação importante do mesmo conselho é a de nº 04/06 que traz as Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esta define que as escolas públicas e privadas incluirão nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) desenvolverão ações em todos os níveis e modalidades, consta no

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como de atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações que fecundaram o terreno para a fecundação de um grupo racial sobre outro, de um povo sobre outro.

§ 2º O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia do reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. (PARANÁ, 2006).

Essa e outras atitudes como instaurar uma equipe escolar de acompanhamento interdisciplinar e providenciar planos de capacitação aos profissionais da educação estão presentes para que a execução da deliberação seja uma realidade no ambiente escolar.

Mesmo com a existência das leis e o trabalho das diversas entidades no combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo, ainda há muitas discussões a serem realizadas em âmbito empresarial, religioso, familiar e escolar. Por esse motivo as escolas têm o papel fundamental para trabalhar o tema e transformar a sociedade, partindo das mudanças de paradigmas discriminatórios, pois uma das funções mais importantes da escola é proporcionar que as pessoas mudem, de maneira positiva, a forma de se relacionar com os outros, abandonando os preconceitos.

3.6 ESCOLA: ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA DESPERTAR A CONSCIÊNCIA E UMA NOVA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

A implementação da Lei 10.639/03 possibilitou uma nova realidade para as escolas, pois levou para dentro das salas de aula a importante discussão sobre racismo, discriminação, preconceito, privilégios e desigualdade dos direitos sociais.

Para ampliar os conceitos, diminuir os estereótipos e ideias errôneas em relação a população negra na sociedade, a escola tem o dever de abrir debates e conflitos que repercutem nas redes sociais, nas mídias e ter a coragem de trabalhar o tema em casos ocorridos nas próprias instituições. Segundo Rocha (2011) em sua reflexão sobre a Lei 10.639/03 e suas implicações, é preciso compreender

sem a ingenuidade de colocar na escola toda a responsabilidade da superação do racismo, os defensores da nova legislação entendem que este é um espaço privilegiado de intervenção. Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço das construções ideológicas racistas. Ainda hoje,

o negro é apresentado em muitos bancos escolares como o “objeto escravo”, sem passado, passivo, inferiorizado, desconfigurado, desprovido de cultura, saberes e conhecimentos. É como se o negro não tivesse participado de outras relações sociais que não fossem a escravidão. A resistência dos negros à escravidão parece não existir. (ROCHA, 2011, p. 33).

Dialogar sobre a realidade da participação e contribuição social das diversas culturas é fundamental para que os/as estudantes se reconheçam e possam trabalhar a questão da identidade e do pertencimento étnico-racial. A escola, reconhecidamente como espaço de formação de cidadãos e cidadãs, necessita estar organizada para contestar também a representação dos/as negros/as nos livros de literatura e nos livros didáticos em todos os níveis e modalidades. Muitas pesquisas apresentam a manutenção de ideologias as quais revelam papéis estigmatizados dos negros no Brasil deixando de lado a sua história, cultura africana e afro-brasileira. No

livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são apresentadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro os povos indígenas, entre outros [os grupos subordinados na sociedade], são descritos pela cor da pele ou pelo gênero para registrar sua existência. (SILVA, Ana Célia da, 2005, p. 21)

Possibilitar que os/as estudantes se reconheçam representados/as nos livros didáticos e literaturas com ilustrações positivas e não depreciativas, pode auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos/as professores/as em sala de aula. Não somente nos livros, mas em revistas, nas imagens, nos trabalhos em grupo e cartazes afixados em todo ambiente escolar. Esse espaço pode também incentivar ao pensamento crítico sobre a ausência do corpo negro nos espaços televisivos mais disputados e o reforço cotidiano a inércia de grande parte das pessoas ao se deparar com o genocídio da população jovem, pobre e negra.

Júlio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência (2013), argumenta que entre os anos 2002 a 2012 a taxa de homicídios na população de brancos/as diminuiu em torno de 24%, enquanto para a população de negros/as aumentou cerca de 38%. A situação é mais alarmante em torno dos jovens negros brasileiros que cresceu cerca de 32,4%. O documento revela que o índice passou de 79% em 2002 para 168,6% em 2012 de jovens negros vitimizados pela violência.

A violência existe principalmente quando há falta de serviços prestados à população pobre, na qual se encontra uma grande parcela da população negra. Isso

implica na falta de acesso a direitos fundamentais à vida como saúde, segurança, direitos de ir e vir, e principalmente educação com qualidade.

O documento revela que o Paraná está entre os estados onde ocorrem mais homicídios entre jovens de 16 a 17 anos, portanto a educação é um caminho que pode transformar essa realidade. Porém, é ingênuo pensar que escola dará conta de todas as demandas que dela exigem, ela é uma pequena parcela da realidade social. Por ser um espaço formador deve reconhecer e eliminar os fatores de discriminação de crianças e jovens negros, que levam desvantagens ao acesso e permanência nas escolas no fato que reside o racismo estar presente afetando o desempenho escolar.

O cuidado para reforçar a representação positiva no negro/a é uma forma de reconstruir o imaginário social que, preconceituoso, ainda se faz presente nas atitudes e na fala de grande parte da sociedade, dos/as professore/as, demais funcionários/as da escola, dos/as estudantes e das famílias. Para Coelho e Coelho (2013, p. 122) as análises realizadas com estudantes em mais de trinta escolas brasileiras, apresentaram resultados positivos ao incluírem, cada qual com suas fragilidades, a Lei 10.639/03 nos currículos e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), no qual tiveram relatos de estudantes em que houve aumento na interação social, reflexões sobre padrões de beleza e melhoria na autoestima dos adolescentes negros/as. Transformar o pensamento e comportamento dos/as professores/as frente as situações de racismo e discriminação, dentro e fora da sala de aula, é uma tarefa fundamental, por isso ainda é necessário discutir sobre as relações raciais e inseri-la no currículo nos cursos de graduação, pós-graduação e a formação continuada dos/as profissionais da educação.

Além de investir na formação, o reconhecimento do trabalho dos/as professores/as acontece também de maneira mais concreta como o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero realizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que ajudam a difundir, apoiar e a destacar o trabalho dos/as profissionais e das escolas que desenvolvem projetos e ações voltadas a diminuição da desigualdade racial. Para a educação das relações raciais destaca-se a assertividade na condução dos sancionamento da Lei 10.639/03 que possibilitou a investigação e elaboração de materiais pela CEERT, principalmente para a educação infantil, como livros e CDs direcionado aos/as

professores/as apresentando a práticas para auxiliar na educação para a igualdade racial, pensando a organização de espaço e do tempo, relacionamentos e identidade negra, o trabalho com o corpo, imagens, literatura, a família como integrante e parte fundamental no processo do conhecimento.

Os materiais elaborados pelo projeto A Cor da Cultura com os investimentos do governo federal e alguns institutos são de extrema importância, pois nem todos/as os/s profissionais receberam formação para as relações raciais. Com os livros, CDs, jogos, abordando a temática das relações raciais, identidade racial, religiosidade afro-brasileira e africana, sugerem atividades e metodologias, para promover a prática e as reflexões sobre o papel dos/as estudantes e professores/as tanto nas ações realizadas por cada pessoa como nos diálogos cotidianos sobre racismo, preconceito, discriminação. Dessa maneira, observa-se que as políticas públicas ganham fôlego e legitimidade quando a discussão racial é retirada da transversalidade e colocada oficialmente nos currículos das escolas, quebrando o silêncio que era imposto pela inexistência de abertura desse tema na escola.

Segundo Gomes (2011, p.11) algumas práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvidas nas escolas públicas em todo território nacional que envolvem a temática da diversidade étnico-racial. Ações que permeiam os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), projetos interdisciplinares, dia da consciência negra, estudos sistemáticos sobre a África, envolvimento da comunidade, a luta do Movimento Negro, os/as estudantes entre outros/as participantes que favorecem para uma educação antirracista e promoção da igualdade.

É importante refletir sobre a relação do currículo, diversidade étnico-racial, tendo em vista as determinações da Lei 10.639.03 e sua regulamentação pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP)03/2004 e pela resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) 01/2004, que torna obrigatório o ensino da História da África e das Culturas Afro-Brasileiras como adverte Gomes (2012, p. 106) “trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política”. É imprescindível que o currículo saiba dialogar no sentido que as práticas de educação para as relações étnico-raciais valorizem e assegurem a convivência positivas com as diferenças, pois

a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e

inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (BRASIL, 2005, p. 17).

Essa possibilidade somente é possível devido as características de uma gestão democrática e participativa nestas instituições de ensino que “tendem a desenvolver trabalhos mais dinâmicos, coletivos, articulados, enraizados e conceitualmente mais sólidos voltados para educação das relações étnico-raciais” (GOMES, 2011, p.11).

Trabalhar a História e a Cultura Afro-brasileira visa a plena construção humana. A formação dos/as professores/as para uma educação pública e de qualidade requer ampliação, pois compreender os fundamentos dos conteúdos potencializam toda prática pedagógica e estes/as podem levar para a sala de aula e outros espaços escolares a consciência, o debate sobre o racismo e a violência apontando que não devem ser naturalizados na sociedade.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA: TEORIA E PRÁTICA CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

4.1 METODOLOGIA

Partindo das considerações de Gil (2009) sobre a importância da pesquisa como procedimento racional com o objetivo de proporcionar respostas ao problema enunciado, foi realizada uma revisão bibliográfica entre teóricos como Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, que abordam o campo legal referente às políticas educacionais, movimentos sociais, identidade negra, equidade e Pedro Demo refletindo sobre a formação de professores e pesquisa no ambiente escolar para uma melhor compreensão da temática.

Complementando as referências foi realizado um levantamento de teses e dissertações no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), artigos na *Scientific Electronic Library Online* – (SCIELO) e o acervo da biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR) do Programa de Pós-graduação, cujo objetivo foi identificar as produções realizadas no campo acadêmico por meio dos descritores PDE, PDE-diversidade, PDE-Relações Raciais, PDE-étnico-raciais e PDE-questão racial.

No Banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o uso do descritor PDE o sistema apresentou publicações de teses e dissertações entre o ano de 2010 até 2015, sendo que esta pesquisa identificou os trabalhos até 28 de abril de 2015. Foram defendidas nas mais diversas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas em todo território nacional, pesquisas do nível de pós-graduação *Stricto Sensu* - mestrado e doutorado – no campo da Educação, cuja área de atuação fundamenta essa presente pesquisa.

Na área de conhecimento da Educação o sistema apresentou 43 (quarenta e três) pesquisas organizadas no programa da seguinte forma: 36 (trinta e seis) em Educação, 3 (três) em Educação e Contemporaneidade, 2 (duas) em Educação Escolar, 1 (uma) em Educação: Currículo e 1 (uma) em Educação: história, política e sociedade. Em relação aos níveis dos cursos foram 35 (trinta e cinco) pesquisas de mestrado acadêmico e 8 (oito) de doutorado.

Ao término da leitura dos resumos as palavras-chaves mais comuns foram Gestão Escolar, Políticas Públicas, PDE-Escola. As linhas de pesquisas se concentraram em educação, história, gestão de educação, gestão e o sujeito contemporâneo, formação docente, cognição, aprendizagem e desenvolvimento humano, filosofia e sociologia da educação, economia da educação, desenvolvimento local sustentável, práticas pedagógicas, currículo, cultura, políticas públicas. Elas mostram que o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é tema para ser refletido em várias correntes de pensamentos e pode abranger diversas discussões sobre a educação e vivência escolar.

Dos trabalhos pesquisados, 9 (nove) abordaram o Programa em âmbito federal, 15 (quinze) em âmbito estadual e 19 (dezenove) em âmbito municipal. Entre as universidades que ocorreram tais pesquisas estão Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), entre outras. Pode-se compreender que o estudo sobre o Programa está representado por diversas regiões do país.

No universo de diversas teses apresentado pelo Banco de dados somente 1 (uma) dissertação abordou o tema raça que é foco dessa presente pesquisa. O autor foi Luis Antonio Josendes Domingues, com o título O tema racial em aulas de biologia: concepções docentes, apresentada na Universidade Federal do Paraná em 2012. Domingues trabalhou a concepção de raça nos discursos de 12 (doze) professores/as de biologia durante as aulas, observando o processo de formação e cidadania de alunos/as, discutindo sobre as relações raciais, o uso do termo, o conceito, as concepções de raça e identidade em 7 (sete) escolas estaduais no Município de Curitiba.

Quanto ao procedimento metodológico à pesquisa teve como referência a abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2009) a pesquisa exige conhecimentos científicos e técnicos para realizá-la. Segundo Rauen (2006) essa modalidade de pesquisa busca compreender determinada realidade na perspectiva dos participantes pesquisados. Esta a finalidade de oferecer ao/a pesquisador/a o entendimento dos fenômenos sociais, por meio da coleta de dados, entrevistas, interpretações e análises.

Segundo Silva e Menezes (2005) ao investigar é necessário considerar a existência de uma relação entre o mundo real e o sujeito na busca de respostas ao problema proposto. Tratando-se de um processo de investigação qualitativo utilizou-se a pesquisa documental aos Projetos de Intervenção.

As entrevistas ocorreram de forma semiestruturadas, presenciais e diretas, com autorização de uso das informações pelos/as participantes (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Esse método para coleta de dados foi escolhido pela sua flexibilização, seguindo um roteiro norteador, porém os questionamentos não ocorreram de maneira sistemática e os/as participantes tiveram o momento para se expressar “livremente sobre o assunto [...] e revelar dados mais profundos do que faria, se fossem explicitadas as questões.” (RAUEN, p. 165).

De acordo com o Blog Webfolio de Investigação Educacional (2008, não paginado), o autor Tomar relata que as vantagens da entrevista semiestruturada torna possível o acesso à informação, esclarece muitos aspectos e pontos de vista, orienta e formula hipóteses para o aprofundamento da investigação, definindo novas estratégias de ação e instrumentos de análise.

A pesquisa identificou os/as autores/as e os Projetos de Intervenção na Escola do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) que abordassem a questão racial nas escolas do Município de Curitiba e região metropolitana, que receberam orientação na UFPR, no período de 2007 a 2014. Houve a tentativa de contato com o setor administrativo que coordena o Programa na UFPR para coletar dados quantitativos, no entanto não retornaram o e-mail. Outro modo de coleta de dados foi por meio de leituras de documentos oficiais como decretos, resoluções e Cadernos do PDE disponibilizados nos sítios do Governo Federal e da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Esses Cadernos são parte de uma série organizada para divulgar as publicações das produções didático-pedagógicas e artigos elaborados pelos/as professores/as participantes, além da possibilidade de auxiliarem outros/as docentes na elaboração dos planos de aulas. Para atender ao recorte da presente pesquisa utilizou-se, na busca pelos Projetos de Intervenção, as palavras Negros/as, Discriminação Racial, Escravização, Racismo, África, Ações Afirmativas e Lei 10.639/03. Ao organizar o levantamento nestes documentos, com recorte para as orientações ocorridas na UFPR, foram encontrados 41 (quarenta e um) trabalhos dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2012.

Percebeu-se muita qualidade e temas variados nas produções, como cultura afro-brasileira, escravização, regionalização, capoeira, educação para a diversidade, identidade, preconceito racial, entre outros. Os trabalhos dos anos de 2011, 2013 e 2014 não estavam disponibilizados no sítio da Secretaria de Educação. As disciplinas com maior quantidade de Projetos foram História e Português.

Para preservar a identidade dos/as professores/as entrevistados elegeu-se pseudônimos, os nomes utilizados se referem a personalidades negras que fazem parte da história e contribuíram com o desenvolvimento do estado do Paraná. São eles/as: Adelino Alves da Silva⁶; Enedina Alves Marques⁷ e Laura Santos⁸.

A escolha do Projeto do professor Adelino ocorreu pela disponibilidade do mesmo e destaque do projeto durante a participação de uma das autoras desta

⁶ Adelino Alves da Silva (1915-): a sexta pessoa negra a concluir o Curso de Engenharia no Estado do Paraná

⁷ Enedina Alves Marques (1923-1981): a primeira mulher e negra a concluir o Curso de Engenharia no Estado do Paraná.

⁸ Laura Santos (1919-1981): poetisa negra e uma das fundadoras da Academia de Letras José de Alencar, em Curitiba/PR

pesquisa na Iniciação Científica, no trabalho intitulado “Diferenciação e singularidade: o perfil do professor PDE/UFPR na pesquisa da própria experiência”, cujo assunto tratava sobre o Currículo do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e a formação continuada de professores/as. Ao visitar o Portal Dia a Dia da Secretaria da Educação do Paraná a professora Enedina destacou-se com o vídeo sobre o projeto no sítio da Secretaria de Educação e a professora Laura destacou-se pelo trabalho na Coordenadoria pela Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná.

As interpretações das informações coletadas nesta pesquisa serão fundamentadas na autora Bardin (1994). Através do procedimento da análise de conteúdo, que ela define como um conjunto de técnicas para analisar comunicações, explorar documentos, identificando principais temas ou conceitos abordados em um determinado texto, prosseguindo com sistematizações e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens coletadas. É preciso organizar, codificar os resultados, categorizar, avaliar as inferências e interpretações. Para a autora a análise de conteúdos baseia-se em três pontos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Segundo Oliveira *et al.* (2003) a análise de conteúdo desenvolve um arcabouço formal para a sistematização de atributos qualitativos, e é no momento de interpretar os dados coletados que se dá o entrelaçamento da pesquisa em educação com este estilo de análise.

4.2 RELATOS DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS

Este trabalho se propôs identificar professores/as que participaram do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)– Estadual e escreveram seus Projetos de Intervenção na Escola no Município de Curitiba e região metropolitana com o recorte racial. Nesta procura foram identificados e eleitos para compor a pesquisa o trabalho de três professores/as, cujas disciplinas são Língua Portuguesa, História e Sociologia da Rede de ensino Estadual do Paraná. Estes foram convidados para participar, de maneira individual e as entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade de cada participante.

A análise se iniciará pela entrevista com o professor Adelino. Graduado em Filosofia com complementação em História, é especialista em Filosofia do Direito, Antropologia Filosófica e Pedagogia para o Ensino Religioso. Apresenta um extenso trabalho como Poeta. Trabalha na Rede de Educação Estadual do Paraná há 29 anos, atua como docente da disciplina de História, também atuou como assessor pedagógico e professor auxiliar de filosofia na Universidade Estadual de Londrina.

Segundo o docente o incentivo para participar do Programa turma 2010-2012, sempre foi o aprimoramento do conhecimento, a continuidade e o prazer pelos estudos, a possibilidade de contextualizar o tema, construir uma crítica da realidade e associar os conteúdos de História com a arte da Poesia.

Um dos assuntos mais recorrentes nas falas de Adelino é a própria preocupação com a continuidade dos estudos, a necessidade de atualizar-se enquanto profissional e a importância de ser um professor pesquisador. Para Demo (2003) os profissionais da educação precisam ser pesquisadores e a pesquisa precisa ser tratada como um princípio educativo. Sendo assim, o ambiente escolar pode ser compreendido como um grande laboratório para as melhorias das práticas sociais e das convivências interpessoais.

Ao escolher o tema que abordasse relações raciais foram vários os motivos que incentivaram o professor, como a própria trajetória de vida, a participação no partido político e como sindicalizado, a participação nas aulas de capoeira angola e o interesse pelas poesias das músicas, os estudos de História que estão ligados à Sociologia, as questões sociais e políticas do país. De acordo com Gomes (2011) as políticas para população negra precisam estar cada vez mais presentes nas discussões escolares, ampliando a visão para as

questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do País, resultando em questionamentos à política educacional. (GOMES, 2011, p. 4).

A elaboração da Unidade Didática foi pensada para que outros/as profissionais tivessem a oportunidade de trabalhar esse tema em sala de aula. Demo afirma que “para ser um profissional da educação, precisa-se da pesquisa como ferramenta científica e sobre tudo como base educativa.” (DEMO, 2003, p. 41).

A compreensão do professor/a como pesquisador e produtor de cultura com o material didático, visa à expansão de um modelo de ensino que possa ampliar as discussões sobre a realidade da população negra.

Em relação ao currículo do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) compreendeu que foi bom e que se organizou para realizar o artigo, a Unidade Didática, as participações nas atividades de formação e nas reuniões de orientação, pois os conteúdos auxiliaram na elaboração Projeto de Intervenção e principalmente na própria motivação, fazendo-o “perceber outras possibilidades para a educação, ajudou a ter uma nova visão, voltei mais animado, com vontade de produzir mais” (Informação verbal)⁹. O fato de afastar-se da sala de aula e organizar o pensamento do profissional em outro ambiente, nesse caso acadêmico, favoreceu porque “reanima, tira o estresse, porque tem muito adoecimento de professores” (Informação verbal). Essa estrutura proporcionou a realização da interlocução entre as teorias estudadas e a prática pedagógica, tornando possíveis “outras formas de encarar a escola, ter um novo olhar. Retomar o artigo, reatualizar o projeto (de Intervenção na Escola), pensar em outras propostas.” (Informação verbal).

Relatou que no decorrer do curso a questão sobre educação para as relações raciais foi discutida. Para Adelino um fato marcante foi um debate que gerou polêmicas sobre a religiosidade afro-brasileira, pois os professores/as colegas de curso apresentaram um “preconceito duro, podendo perceber a visão branca.” (Informação verbal) e o docente ajudou no debate expondo ao grupo questões como a identidade negra. As diversas experiências de vida, cursos, debates, encontros, congressos que participou, na maioria das vezes por busca voluntária e outras vezes pela Secretaria Estadual de Educação, proporcionou que dialogasse com os/as colegas naquele momento sobre o desconhecimento e o preconceito religioso, e também nas reflexões em sala de aula ao longo dos anos com os/as estudantes.

O Projeto de Intervenção foi realizado no Colégio Estadual Silveira Motta, no município de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Adelino comentou que teve o apoio da direção e da pedagoga. Naquele período não havia nenhum projeto do colégio sobre relações raciais. Com a participação de 30 estudantes do 2º ano do Ensino Médio e um professor de Sociologia, o Projeto foi realizado em quatro momentos em formato de oficina com pequenos grupos de

⁹ Adelino. Curitiba, outubro de 2015. Entrevista.

estudantes. Fundamentado por Gilles Deleuze, Félix Guatarri, José D' Assunção Barros e os diversos autores das Poesias da Capoeira, as oficinas possibilitaram o pensamento sobre a escola como território vivenciado pela comunidade escolar.

Esse território “visível ou não”, presente na vida dos/as estudantes negros/as, muitas vezes é dominado pela “cultura da branquidade e o negro e a negra são representados como pessoas que nunca tiveram resistência e com um certo acultramento.” (Informação verbal). Por esses e outros motivos que a Lei 10.639/03 precisa ser ampliada nos espaços escolares, para desmistificar o senso comum e apresentar a participação, a resistência e a participação dos/as negros/as, assim como das outras etnias, na construção dos patrimônios materiais e culturais no país.

Adelino trabalhou com o conceito de Reterritorização, pois no momento em que a poesia da capoeira angola se desloca da roda de capoeira e adentra a sala de aula, o território escolar é ressignificado pelos/as estudantes. A poesia e a música sugerem outros pensamentos sobre a “visão social do negro e da negra, favorece uma disposição, uma simpatia para outra perspectiva da história colocada e pode mudar a consciência coletiva da escola pela a arte.” (Informação verbal). Essa discussão possibilita integrar e acolher os/as estudantes negros/as afirmando que o espaço escolar é para ser ocupado por todos e todas.

Para o docente a participação dos/as estudantes nas leituras, discussões e elaborações de poesias em produções coletivas sobre a cultura afro-brasileira, foi possível trabalhar “outros elementos para o mesmo território, reformulando a mentalidade, afetando o espaço, eles puderam reconstruir para reformular.” (Informação verbal). De acordo com Demo (2003) a pesquisa tem que questionar a realidade social, econômica e reconstruí-la para ser inovadora. No momento em que os/as estudantes são reconhecidos como sujeitos e também produtores de pesquisa, pode-se pensar em

transformar a sala de aula em local de trabalho conjunto, não de aula, é uma empreitada desafiadora, porque significa, desde logo, não privilegiar o professor, mas o aluno, como aliás querem as teorias modernas. Este deve poder se movimentar, comunicar-se, organizar seu trabalho, buscar formas diferentes de participação. (DEMO, 2003, p. 17).

O docente considerou que foi bom o trabalho com os/as estudantes ao levar o conhecimento sobre os instrumentos musicais utilizados na capoeira angola e as poesias, porque “o texto na música encontra menos obstáculos e entra mais na consciência das pessoas.” (Informação verbal). Houve uma boa interação com os

materiais didáticos utilizados nas oficinas, como o CD com músicas organizado pelo próprio docente e a apresentação do grupo de capoeira angola no colégio.

Adelino afirma que alcançou seus objetivos pessoais e profissionais ao realizar o Projeto de Intervenção e ao participar do Programa, podendo apresentar o artigo que escreveu sobre este Projeto de intervenção na XXI Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba – Encontro pela unidade dos educadores - em 2013.

Relatou que colocar em prática esse Projeto “contribuiu, foi um elemento provocador, teve algum impacto” (Informação verbal) na realidade dos/as estudantes e promoveu discussões sobre “elementos novos como a situação do negro e da negra, novos conceitos na escola para sobrepor o que já existe.” (Informação verbal). De acordo com Moore (2012) o racismo ainda impede a liberdade de ser e o acesso a espaços importantes do/a negro/a na sociedade, pois está baseado na dominação e obtenção de privilégios. Dessa forma, no momento em que os/as estudantes vivenciam um novo olhar sobre o espaço que o/a negro/a ocupa no colégio, as relações intrapessoais podem ser transformadas. Para o professor Adelino as políticas públicas educacionais precisam de mais investimentos, sendo necessário falar sobre as práticas discriminatórias e o modelo de branquitude¹⁰ que ainda está presente no espaço escolar.

Para o professor o Programa deveria ter continuidade, ser um projeto mais extenso e não um estudo interrompido ao término do curso, pois mesmo com a aceitação da direção escolar o Projeto não entrou para o currículo. Essa experiência foi importante porque proporcionou “a episteme, que a ideia (reterritorialização do/a negro/a) fosse colocada na escola” (Informação verbal) e dialogada com os/as estudantes. E enquanto profissional da educação ressaltou a necessidade de compreender que os/as professores/as estavam no papel de “produtores de conhecimento” (Informação verbal), pois os profissionais precisam ser reconhecidos como professores/as-pesquisadores/as.

A segunda professora entrevistada é Enedina, formada em Letras, tem 50 anos de idade. Atua como professora na Rede Estadual do Paraná há 30 anos.

¹⁰ Silva fundamenta-se em alguns/mas autores/as para relatar o que é uma identidade racial branca, construída socialmente. “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. SILVA, Hernani Francisco da. Definições sobre a branquitude. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 2011, não paginado. Disponível em: < <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/11011-definicoes-sobre-a-branquitude>>. Acesso em: 30 out. 2015.

Leciona na escola a qual realizou seu Projeto de Intervenção desde 1999 trabalhando em dois períodos (manhã e tarde) completando uma jornada de trabalho de 40 horas. Realizou sua graduação em Letras, em 1997 iniciou seu mestrado, porém não completou devido alguns impedimentos na época, mas procurou cursos de formação como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) para sempre atualizar sua prática docente em sala.

Em 2013 iniciou uma especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais (2013-2014) através do NEAB pela Universidade Federal do Paraná por influência de seu projeto, o qual foi muito importante para a complementação do trabalho que iniciou na escola em 2008. Atualmente desempenha a função de professora e coordenadora da Equipe Multidisciplinar, desde 2008 e participa do Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA – criado através da Lei Municipal nº 11.266/2004 que trata das políticas públicas relacionadas ao Município de Curitiba e o Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/PR. Esse Conselho foi criado a partir da Lei nº 15.229/2006 visando o estudo, a formulação e diretrizes para o desenvolvimento de municípios e regiões metropolitanas integrando o desenvolvimento regional (ambiental, social e econômica) com a participação social e de políticas de planejamento, ordenamento territorial, habitação, saneamento, mobilidade trânsito e transporte urbano.

Quanto ao cargo de coordenadora da Equipe Multidisciplinar esta foi constituída em 2010, por Instrução da SED/SEED, conforme o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06, do Conselho Estadual de Educação – CEE/PR, que trata das Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o objetivo de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas e conteúdos obrigatórios em todos os níveis e modalidades de ensino a partir da Lei 10.639/03. A Equipe Multidisciplinar tem como propósito de contribuir para o enfrentamento e superação de práticas discriminatórias, tais como: racistas, machistas, sexistas, lesbofóbicas, transfóbicas, bifóbicas, homofóbicas, xenofóbicas e intolerâncias a religiosidade e diferenças geracionais.

Atuando nas atividades formativas e no fornecimento de subsídios teórico-metodológico, as quais efetivam ações afirmativas e práticas pedagógicas que combatem qualquer forma de preconceito e discriminação na escola. Sempre se

pautam em reformular, atrelada ao aprimoramento das questões, com vistas à desconstrução de estereótipos e preconceitos que se fazem presente no contexto escolar e buscando uma educação mais democrática.

Quanto ao seu projeto de intervenção apresentado em 2008 realizou através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) através da parceria entre o Estado e a Universidade Federal do Paraná. Projeto que foi orientado pelo professor Altair Pivovar.

Segundo Enedina a participação na segunda turma do Programa (2008-2009) foi motivada pela oportunidade de melhorar a sua formação profissional e acredita ser essencial para todo professor estar sempre estudando e atualizando, pois é desta forma que não fica condicionado em desenvolver práticas que se tornam ultrapassadas, pois a sociedade se transforma, e a escola inserida dentro desse contexto também sofre influências e requer um professor dinâmico, o qual deve reelaborar sua prática docente sempre.

Durante o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) acredita que o tempo destinado ao estudo foi suficiente e muito importante para fundamentar suas ideias em relação ao tema que pretendia desenvolver. Quanto a organização curricular e os conteúdos do Programa, além de todos serem fundamentais auxiliaram seus estudos e na elaboração do projeto. Durante as aulas, a professora mencionou que teve acesso ao trabalho da professora Líliliana Porto sobre relação da cultura afro-brasileira na cidade o que a instigou e acabou definindo o tema e algumas propostas de seu projeto.

Ao cursar o Programa teve muitas ideias para elaborar um material que orientasse o trabalho de professores/as da Língua Portuguesa e Literatura para o ensino médio, que fosse permeado por textos, recursos didáticos, pedagógicos que pudessem ser aproveitados nas aulas. Dessa forma foi elaborado o Caderno Pedagógico.

A implementação do projeto foi através de oficinas de poesia e educação das relações de gênero e étnico-racial na escola. Ele aconteceu em 5 encontros e a proposta inicialmente estava voltada para professores da Língua Portuguesa Literatura, no entanto os/as professores/as de outras disciplinas também manifestaram a vontade de participar a partir da divulgação que foi aberta e enriqueceu toda a discussão pelo envolvimento de outras disciplinas como a

matemática, física, história e arte com discussões enriquecedoras que envolviam as figuras do negro, do índio e da mulher e também todos/as os/as alunos/as da escola tiveram a oportunidade de conhecer.

Durante as oficinas deu-se a escolha dos/as autores/as e do repertório através do material que estava sendo elaborado para subsidiar cada encontro em termos de encaminhamento teórico metodológico, portanto foi utilizado como referência autores como Hans Robert Jauss (1979) e Wolfgang Iser (1979) fundadores da vertente teórica da Estética da Recepção e o trabalho que aborda o Método Receptional (1988) das professoras Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira Aguiar.

As rodas de leitura aconteceram mais ou menos uns 4 anos na escola com objetivo de envolver toda a comunidade escolar professores, alunos e demais funcionários. Todos/as realizam comentários muito positivos das oficinas, segundo os/as alunos/as, os levaram a pensar que talvez não teriam a possibilidade de vivenciar sensações e poder exprimir sentimentos na sala de aula, além de ter contado com diferentes tipos de textos como a poesia que é pouco explorada, porém muito rica conta com autores brasileiros importantes, principalmente os paranaenses.

Durante esse ano letivo de 2015 teve que diminuir a frequência das oficinas devido à greve e também pelo outro fator que envolve a necessidade de reelaborar as práticas que ocorrem nas oficinas tanto de professores como de alunos.

A escassez de material didático e referenciais teóricos que exploram a temática dentro das salas de aulas impulsionou a professora Enedina a empreender a pesquisa, a qual afirmou que o tema foi muito gratificante pela possibilidade de socializar uma experiência materializada nos Cadernos Pedagógicos e, por fim levar conhecimentos para outros sujeitos e reforçar a importância de programas como o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) que contribui significativamente na formação continuada de professores.

Neste artigo, com foco na poesia e a educação das relações de gênero e étnico-raciais a professora procurou aprofundar teóricos como o francês Gaston Bachelard (1884-1962) que subsidia o trabalho como a obra *A Poética do Devaneio*.

Revelou nesse momento a necessidade de aprofundar e legitimizar as Leis que endossam a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígenas no currículo escolar do ensino público e particular.

O projeto foi bem aceito por todos da escola e outros professores também fizeram o uso do caderno pedagógico para trabalhar em suas disciplinas. Com esse projeto trabalhou em sala de aula os livros de poesias de autores negros, indígenas e mulheres da literatura brasileira poucos conhecidos e possibilitando a discussão da importância destas obras e dos autores na formação da cultura nacional.

Ao ingressar na escola sempre acreditou que deveria realizar um trabalho mais dinâmico e voltado para a realidade da Educação de Jovens e Adultos. Assim levou textos não só de autores consagrados, mas produções de mulheres e de autores negros e indígenas, principalmente a partir de 2008 com a promulgação da Lei 11. 645 que para os currículos da educação básica

é um momento histórico que objetiva não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias. (BORGES, 2010, p. 72)¹¹.

Enedina relata que ainda há escolas que relutam na adoção da referida Lei por vários motivos, sendo uma delas o despreparo de professores que reside em sua formação inicial e continuada. Para ela o tema racial não deve ser transformado em projetos escolares, portanto devem estar inseridos nos currículos escolares e nos Projetos Políticos Pedagógicos, por ser de suma importância não se pode abordar o tema de forma pontual, ou seja, discutir somente em datas comemorativas, pois a temática requer discussões profundas no âmbito escolar.

Segundo Silva, Tomaz Tadeu da. (2009, p. 196) o discurso do currículo “autoriza ou desautoriza, legitima ou deslegitima, inclui ou exclui. E nesse processo somos produzidos como sujeitos muito particulares, como sujeitos posicionados ao longo desses múltiplos eixos de autoridade, legitimidade, divisão, representação”.

¹¹ BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. **Revista Mestrado em História**. Vassouras, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010. p. 71-84. In: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

Há, dessa forma, um nexu muito estreito entre currículo e aquilo em que nos transformamos. O currículo, ao lado de muitos outros discursos, nos faz ser o que somos. Por isso, o currículo é muito mais que uma questão cognitiva, é muito mais que construção de conhecimento, no sentido psicológico. O currículo é a construção de nós mesmos como sujeitos.

Em seu relato aponta que ao longo desses anos (2003 a 2014) ocorreram conquistas muito importantes para que a temática étnico-racial ganhasse visibilidade no âmbito escolar, a qual possibilitou a elaboração de materiais didáticos e o aumento da oferta de pesquisas, especializações e cursos voltados para a história da população negra no Brasil.

Seu artigo contempla a Lei 11.645/08 e acredita que faz justiça à população negra, e principalmente a indígena. Sujeitos, de uma história não contada, sempre foram relegados a segundo plano, principalmente na questão da educação. Nesse sentido as práticas da professora Enedina procurou direcionar o compromisso de visibilizar e dar “vozes” a essa população que não teve, ao longo da sua história, “nem vez e nem voz” justificado pelo processo histórico e cultural das desigualdades do Brasil. A escola não deve ser um instrumento que reproduza preconceitos e discriminação, mas um espaço de promoção da diversidade, fortalecendo ações afirmativas e práticas pedagógicas para o enfrentamento da discriminação e o preconceito que ocorrem em todos os âmbitos da sociedade que afasta a possibilidade de exercício e a construção da cidadania plena.

A última entrevista pode contemplar o trabalho da professora Laura. Com formação acadêmica em Ciências Sociais realizada na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A carreira de docente conta com 24 anos de trabalho e atualmente trabalha no Departamento da Educação, Diversidade e Direitos Humanos como Coordenadora da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial. Anterior ao atual cargo, de coordenadora também foi professora no ensino superior, gestora na área social e tem participação ativa em movimentos sociais como o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná.

O trabalho desenvolvido no Departamento da Educação, Diversidade e Direitos Humanos como Coordenadora atua na defesa e promoção dos direitos humanos da diversidade o qual oferece formas de acesso à escola e continuidade

na formação escolar. Atende povos indígenas; ilhéus e ribeirinhos, trabalhadoras/es rurais e sem-terra, pequenas/os agricultoras/es, cipozeiras/os, faxinalenses, pescadoras/es, acampadas/os e assentadas/os; povos das comunidades remanescentes de quilombos e população negra, mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais) discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição social e cultural.

Esse departamento foi instituído em 2007 em conformidade com as orientações e Diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e seu objetivo é dar visibilidade aos sujeitos e despertar o interesse pelos temas da diversidade e promovendo o desenvolvimento de competências e valores de solidariedade, cooperação, respeito e união. Atualmente, o Departamento da Diversidade encontra-se estruturado em cinco equipes técnicas: Coordenação Pedagógica; Coordenação da Educação Escolar do Campo; Coordenação da Educação Escolar Indígena; Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico-racial e Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual.

Como coordenadora da Educação das Relações étnico-Racial/Departamento da Diversidade, trabalha com toda a rede de ensino estadual e escolas conveniadas, incluindo a discussão nas formações de professores ofertadas pela Secretaria do Estado da Educação (SEED).

Quanto a sua trajetória como docente ingressou em 2001 no Colégio Benedito João Cordeiro - E.F.M. e Profissional no Município de Curitiba, lecionava em dois períodos (manhã e noite) completando uma jornada de 40 horas e permaneceu nessa escola por 8 anos.

Em 2007, através do Portal dia a dia educação conheceu o Programa que a motivou pela oportunidade de desenvolver pesquisas na área da educação. Também participou de cursos ofertados pela Secretaria do Estado da Educação, NEAB-UFPR e do Coletivo de Gênero e Raça da APP Sindicato direcionado para as relações étnico-raciais, principalmente quando ocorreu a implementação da Lei 10.639/03.

O Projeto de Intervenção foi realizado por ela em 2008, orientado pela Professora Wanirley Guelf na Universidade Federal do Paraná. Destinado aos alunos 2º Ano do Ensino Médio Profissionalizante - Curso Formação de Docentes (Magistério) no período da manhã. Esse artigo apresentou os estudos e a

intervenção pedagógica ao analisar a utilização de expressões e piadas relacionadas às populações negras como “algo natural” no interior da escola e na sociedade.

O artigo teve como finalidade estabelecer a relação da teoria e o modo da população brasileira se perceber racista e preconceituosa na busca das causas, efeitos e sequelas. Procurou desnaturalizá-las por meio de reflexões e ações durante o projeto com os alunos/as ingressantes do curso de formação de docentes (Magistério) com o objetivo de trazer discussão de práticas de preconceito racial, sensibilizando os futuros professores/as, produzindo reflexões, conhecimentos e atitudes para o enfrentamento da questão no âmbito escolar.

Durante o curso percebeu uma oportunidade rica para conhecer e aprofundar seus conhecimentos e desenvolver um olhar mais crítico para diferentes questões que envolvem as relações no espaço escolar e sendo possível articular conhecimento científico, sua prática pedagógica. A proposta do Projeto foi direcionada diretamente aos estudantes do curso de formação de professores (Magistério) e indiretamente aos professores da escola.

Laura relatou que não houve objeções quanto ao projeto, mas inicialmente, na apresentação para a escola percebeu um certo estranhamento porque poucas pessoas admitem a existência do racismo no Brasil.

Admitir que no Brasil existe o preconceito é muito difícil, mas é nas atitudes inconscientes que se revelam e perpetuam gestos de racismo velado. Segundo afirma Schuwarcz

ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a 'outro'. Seja da parte que age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem cara que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis e que lança para o terreno privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. E da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica. 'Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto', diz o dito popular. Não se 'preconceitua' um vereador negro, a menos que não se saiba que é um vereador; só se discrimina um estrangeiro igualmente negro enquanto sua condição estiver pouco especificada. (SCHUWARCZ, 1998, p.181).

Foi durante o percurso do trabalho e discussões que foi possível perceber mudanças de alguns posicionamentos dos alunos, pois provocar mudança de mentalidade foi, e ainda é, o maior desafio. Durante o projeto pode contar com a participação dos professores, principalmente da disciplina de história, o qual o projeto teve uma interdisciplinaridade, mas sentiu falta de um envolvimento maior, por parte da direção da escola.

Durante a construção do projeto e do artigo alguns autores foram essenciais, tais como Kabengele Munanga (Superando o Racismo na Escola), Eliane Cavaleiro (Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil), Elisa Nascimento entre outros que fundamentaram a pesquisa e através da complementação dos materiais didáticos utilizados como livros do autor Mikhail Bakhtin. (Marxismo e filosofia da linguagem), documentários (Quando o Crioulo Dança, Vista a minha pele, Quanto vale ou é por quilo) e artigos direcionados a temática do autor Josué G. B. Carmo (As dimensões do preconceito racial).

Ao aplicar o projeto o interesse dos alunos com o tema foi muito surpreendente e pode vislumbrar o engajamento dos jovens que a fez perceber que, os objetivos que tinha traçado, inicialmente em seu projeto começavam a estabelecer relação entre as teorias que discutem o racismo no Brasil e o modo do povo brasileiro em se perceber racista e preconceituoso; promovendo a desnaturalização de comportamentos racista, capacitando os/as futuros/as professores/as para o enfrentamento ao racismo e contribuir para mudanças de mentalidades. Pode comprovar por meio de depoimentos de colegas de profissão que se sentem despreparados em lidar com a questão e acabam promovendo condições dentro do espaço escolar carregadas de ideologia racista e cristalizam a imagem do negro negativamente.

O fato do despreparo dos/as professores/as está ancorado na precária presença que problematize esse tema na formação inicial e continuada do/a professor/a, é preciso formar docentes voltados para a educação que atenda às diversidades, em especial dos afrodescendentes. É um processo contínuo. Como afirma Gomes e Silva (2011, p.13) Apud António Nóvoa (1995)

mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento crucial da socialização e da configuração profissional. Essa pode desempenhar um papel importante na formação de uma “nova profissionalização” docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional entre o professorado e de uma cultura organizacional entre as escolas. (GOMES E SILVA, 2011, p. 13)

Portanto, é ponto base a implementação da Lei, que não pode ser transformada em utopia. Laura acredita que formação de professores/as seja um direito e um dever, que precisam conhecer a história e cultura afrodescendente, pois tais conteúdos subsidiam toda sua prática em sala de aula na formação cultural e social dos/as alunos/as.

Inicialmente o projeto foi visto como tabu, mas aos poucos, tanto alunos/as como professores/as possibilitaram reflexões críticas sobre temas e comportamentos naturalizados na sociedade brasileira e contribuiu para compreender a realidade, rever atitudes e perceber que nas próprias falas, na presença de atitudes preconceituosas, como cada sujeito é um instrumento em potencial de transmissão e manutenção desse pensamento. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois arrancar as raízes do racismo, da intolerância não é tarefa fácil e não é para poucos. Enquanto existir ações na perspectiva da obrigatoriedade e não do comprometimento, as práticas racistas permanecerão impedindo o maior percentual da população brasileira de ter garantido acesso aos seus direitos.

Quanto a escrita do artigo, após a aplicação do projeto foi o momento que proporcionou a Laura muitos conflitos internos, pois a impossibilitou expressar todos os conhecimentos adquiridos e conseqüentemente a escassez de tempo, transparecendo certa angústia ao relatar esse momento.

O projeto teve continuidade nas ações que desenvolve como coordenadora dentro da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e possibilita levar e ampliar a discussão sobre a temática em todas as escolas da rede estadual de ensino. Acredita que seu projeto, assim como outros que são desenvolvidos dentro da temática, através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) abrem um caminho para pensar as relações étnico-raciais e possibilita a construção de uma sociedade livre de preconceito racial e todas as formas de discriminação.

Segundo Laura os órgãos competentes (Federal, Estadual e Municipal) devem ser responsáveis em implementar políticas públicas de reparação das desigualdades sociais, políticas principalmente na questão da formação inicial e

continuada para profissionais da educação para a efetivação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Projeto de Intervenção desenvolvido reafirmou o seu compromisso como Educadora em estar trazendo para dentro da escola projetos que propõem mudanças na sociedade e também pelo fato de seu engajamento na luta contra o preconceito e o racismo antes mesmo da implementação da Lei nº 10. 639/03 e Lei nº 11.645/08.

4.3 ANÁLISE, RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES

As entrevistas realizadas tornaram possível conhecer a realidade do trabalho para as relações raciais em sala de aula em conjunto com o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Constatou que os/as entrevistados possuem mais de 25 (vinte e cinco) anos de experiência como profissionais da educação na Rede de Ensino estadual e apresentam em seus respectivos currículos diversas participações em eventos educacionais.

O prazer por levar informações aos/as estudantes e o interesse na formação continuada e na pesquisa em sala de aula, fez com que esses/as professores/as tivessem destaque nas elaborações dos Projetos de Intervenção na Escola.

Enedina, Laura e Adelino compreendem que discutir as questões de discriminação e racismo é fundamental para melhorar e ampliar o conhecimento, a visão de mundo e as relações pessoais na escola e na sociedade.

O espaço escolar, assim como o/a professor/a, tem um papel social importante na desconstrução de estereótipos negativos, portanto constata-se que os projetos refletem e buscam a desnaturalização de práticas de racismo e discriminação cujas ações atingem crianças e jovens negros afrodescendentes.

Muitas dessas pesquisas desenvolvidas na área da educação com recorte racial relatam que é necessário a manutenção desse processo de formação continuada, pois sabe-se que grande parte dos/as professores/as não receberam formação para trabalhar com o tema das relações raciais e discutir as situações de racismo, discriminação e preconceito em sala de aula e no ambiente escolar.

Outro fator observado nos discursos de Adelino, Laura e Enedina está voltado na necessidade de descolonizar urgentemente o currículo escolar sendo um desafio para as escolas, principalmente as do segmento público. Segundo Gomes, descolonizar o currículo e superar a visão de branquitude

implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e educadoras, o currículo e a formação docente (GOMES, 2012, p. 107).

Na escola, no currículo e na sala de aula a introdução da Lei 10.639/03 “poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial”. (GOMES, 2012, p. 105).

As práticas, saberes, valores, linguagens técnicas, artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de socialização e de aprendizagem são elementos que compõem a diversidade para o desenvolvimento biológico e cultural da humanidade que foram construídas dentro do contexto social e com o tempo vai tornando mais complexo. Negá-los e silenciá-los nos currículos aumenta a necessidade de movimentos dos negros em organizar ações, as quais exigem mudanças na escola.

De acordo com Gomes (2002)

para sair dessa inércia em relação à questão racial, na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país. Nesse caso, veremos que a presença significativa de alunas e alunos negros nas ditas classes especiais representa um reflexo da desigualdade racial que assola a sociedade brasileira e impregna a estrutura de suas diversas instituições. Ou seja, a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui os alunos e as alunas negros e pobres. Essa exclusão concretiza-se de maneiras diversas: por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência, ou pela presença superficial, da discussão da questão racial no interior da escola; pela não existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse/a aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do/a aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos, a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnico/raciais. (GOMES, 2002, p.5).

Os/As professores/as entrevistados/as acreditam que os/as profissionais da educação devem assumir uma nova postura política e pedagógica eticamente orientada e apontam que a escola pode ser um espaço que oportunize o debate. Mais do que promover atividades pedagógicas, deve-se promover discussões para uma mudança de postura ao combate de práticas discriminatórias. Dessa forma, ao sair do campo da neutralidade o/a professor/a é capaz de reconhecer as desigualdades e promover ações mais pontuais visando a superação do preconceito, racismo e discriminação auxiliando a construção de uma sociedade mais digna e democráticas para todos/as.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio proposto pela Lei 10.639/03 aos/as profissionais da educação causou e causa discussões polêmicas nos espaços escolares. Mesmo com distribuição de diversos materiais pelos governos federal, estadual e municipal, ainda há dúvidas sobre como planejar as aulas e incluir temas sobre discriminação, racismo, história da África e a realidade social da população negra no país.

A pesquisa dos trabalhos realizados no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) possibilitou visualizar a riqueza de materiais, de pensamentos e ideias que estão fazendo parte da realidade das escolas. O Programa proporcionou a centenas de professores/as da rede estadual de ensino paranaense a oportunidade de retornar ao ambiente acadêmico nas instituições de Ensino Superior (IES) e repensar a própria prática docente.

A quantidade mínima de trabalhos encontradas no banco de dados do *Scientific Electronic Library Online* – (SCIELO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e as relações raciais, apontam que é um campo que pode ser mais pesquisado. Dos 41 (quarenta e um) Projetos de Intervenção organizados no levantamento de dados no sítio da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), com o recorte dos trabalhos realizados na UFPR, mostram que o estado do Paraná a questão racial está sendo discutida. É necessário pensar que futuras pesquisas devem ser realizadas para explorar os trabalhos do Programa em todas as Instituições de Ensino Superior (IES), pois as produções são variadas, de extrema importância e merecem ser divulgadas.

Em relação aos/as profissionais entrevistados/as que escolheram produzir os trabalhos para as relações raciais, a experiência de dialogar com os/as estudantes sobre as questões do/as negros na sociedade e na participação da cultura apresentaram resultados positivos. O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) pode ser reconhecido como espaço que acolhe esses/as profissionais enquanto professores/as-pesquisadores/as, que promove a troca de experiências entre docentes e a atualização do conhecimento, que possibilitou construir com os/as estudantes momentos importantes de interação, pesquisa e discussão sobre as relações raciais e a população negra brasileira, trabalhando este

tema que muitas vezes não faz parte do currículo escolar. Nesse sentido, os Projetos de Intervenção pesquisados colaboraram para que os/as estudantes vivenciassem uma formação para a educação positiva das relações étnico-raciais.

Para além de uma conclusão é preciso investigar os/as professores/as que participaram do Programa que não foram entrevistados nesta pesquisa, questionando-se que ainda é possível desvendar na Educação Básica, além dos temas de Projetos sobre protagonismo feminino, estudantes com necessidades educacionais especiais, meio ambiente e as outras áreas do conhecimento que foram pesquisadas e trabalhadas nas escolas paranaenses que precisam ser estudadas e divulgadas. Precisa-se de mais pesquisa para investigar os as produções e os resultados obtidos no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), pois é um curso importante e os desdobramentos levam reflexões para os professores/as e para os/as estudantes. Outro fator necessário é incentivar os/as professores/as a inscreverem os próprios Projetos de Intervenção e artigos produzidos nos eventos acadêmicos, para que a comunicação entre universidade e Educação Básica seja constante, tornando-se uma realidade que possa transformar a sociedade por meio da ampliação do conhecimento e da massa crítica.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 1994. Título original: L'Analyse de Contenu.

BLOG WEBFOLIO DE INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL. TOMAR, Mário Santos. **A entrevista semi-estruturada**. Não paginado. Disponível em: <<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/entrevista-semi-estruturada.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 30 abr. 2015.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino e obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n 8, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 10 ago. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 10 mar. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <Http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n 48, 11 mar. 2003. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=11/03/2008>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: Homicídios e**

Juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>
Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PDE em 10 capítulos: ações que estão mudando a história da educação brasileira.** Brasília: Ministério da Educação, [2012?].

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** [2007?]. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

CAVALLI, Suzana Cristina. **O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do Estado do Paraná, no contexto da formação continuada de professores.** [2009?]. Disponível em:
<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/508-4.pdf>> Acesso em 24 jun. 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar. **Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p.67-84, jan/mar: 2013. Editora UFPR. Disponível em:
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/31339>. Acesso em 12 ago. 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré; SILVA, Rosângela Maria Barbosa e. **Relações Raciais e Educação: o estado da arte.** Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 121-146, maio/ago. 2013. Disponível em:<
<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1416/1088>>. Acesso em 12 ago. 2015.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília/ DF: MEC-SECAD, 2005. p.21-33. (Coleção Educação para Todos).

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais– da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Brasília/ DF: MEC-SECAD, 2005. p.49-62. (Coleção Educação para Todos).

DOMINGUES, Luís Antônio Josendes. **O tema racial em aulas de biologia: concepções docentes.** 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em:
<http://www.ppge.ufpr.br/teses/M12_Luis%20antonio%20Josendes%20Domingues.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**: apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-08112007-143618/pt-br.php>>. Acesso em 16 ago. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva de; SOUZA, Kelly Cristina Cândido de. Diversidade Étnico-Racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas. In: ABRAMOVICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs). **Educação e Raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusões e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, p. 109-121, 2011.

_____. Educação, identidade negra e a formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27905/29677>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>>. Acesso: 13 set. 2015.

_____. Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnicocultural. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf>. Acesso em: 27 ago.08 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE: Rio de Janeiro, 2010. 315 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica). Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/ 1918-1931). 108 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) - Setor de Ciências Humanas e Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/479/ppgh_udesc_dissert_willian_r_lucindo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MASSON, Gisele. Implicações do plano de desenvolvimento da educação para a formação de professores. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 165-184, jan./mar.2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n74/a09v20n74.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira- PENESB-RJ. 05 nov.2003.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, jan./abr. 2004. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982/11554>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

OLIVEIRA, Eliana. et al. Análise do Conteúdo e Pesquisa na Área da Educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 9, p. 11-27, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=637&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Lei Complementar n. 130, de 14 de jul. 2010. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 8262, de 14 de jul. de 2010. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=14%2F07%2F2010&dataFinalEntrada=15%2F07%2F2010&search=&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>>. Acesso em: 04 ago.2015.

PINTO, Regina Pahim. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. São Paulo, **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 62, p. 3-3, ago. 1987. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/761.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2015.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de pesquisas**. Rio do Sul: Nova Era, 2006.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Política Educacional e a Lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (Org.). **Notas de história e cultura afro-brasileiras**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011. p. 31-41.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 15, jul. 2009. Disponível em: < <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. **A História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: BRASIL. Ministério da Educação. MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. rev. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: imaginário, poder e exclusão**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

BRASIL, Decreto n. 7.031-A, de 06 de setembro de 1878. Crea cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. **Palácio do Rio de Janeiro**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>>. Acesso em: 18 ago.2015.

_____. Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Palácio do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em 18 ago.2015.

_____. Ministério da Educação. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz**. 3.ed. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

_____. **Saberes e fazeres. v. 1. Modos de Ver**. Ana Paula Brandão (coord.) Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho , 2006. (A cor da cultura)

_____. **Saberes e fazeres. v. 2. Modos de Sentir**. Ana Paula Brandão (coord.) Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho , 2006. (A cor da cultura)

_____. **Saberes e fazeres. v. 3. Modos de Interagir**. Ana Paula Brandão (coord.) Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho , 2006. (A cor da cultura)
CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: Banco de teses**. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/#40>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CURITIBA. Câmara Municipal. Lei 14.681, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação-PME, da cidade de Curitiba. **Palácio 29 de Março**. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. Lei n. 11.224, de 04 de julho de 2006. Cria o COMPER - Conselho Municipal de Política Étnico Racial e dá outras providências. **Palácio 29 de Março**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1422/14224/lei-ordinaria-n-14224-2013-altera-a-lei-n-10921-de-18-de-dezembro-de-2003-que-dispoe-sobre-o-combate-ao-racismo-no-municipio-de-curitiba-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 07 set.2015.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set. 2000.

OLIVEIRA NETO, Marcolino Gomes de. **Arte e silêncio: a arte africana e afro-brasileira nas diretrizes curriculares estaduais e no livro didático público de arte do paraná.** 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ONASAYO, Claudemir Figueiredo Pessoa. **Fatores obstacularizadores na implementação da lei 10.639/03 de história e cultura afrobrasileira e africana na perspectiva dos/as professores/as das escolas públicas estaduais do município de Almirante Tamandaré-PR.** 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PARANÁ. **Ministério Público do Estado do Paraná.** Resolução 3036, de 20 de novembro de 2012. Cria o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - NUPIER. Disponível em:
<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Igualdade_Racial/RESOLUCAO_NUCLEO_IGUALDADERACIAL.pdf>. Acesso em: 07 set. 2015.

_____. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Resolução 091/2015. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 9505, de 31 de julho de 2015. Nomear os membros do Grupo de Trabalho, para estudo de viabilidade técnica e administrativa da Lei Estadual 14.938/05 que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa SOS – Racismo. Disponível em:
< <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/96902043/doi-pr-caderno-normal-executivo-31-07-2015-pg-36/pdfView>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Lei n. 14.224, de 07 de janeiro de 2013. Dispõe sobre o combate ao racismo e dá outras providências. Disponível em:
<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2013/1422/14224/lei-ordinaria-n-14224-2013-altera-a-lei-n-10921-de-18-de-dezembro-de-2003-que-dispoe-sobre-o-combate-ao-racismo-no-municipio-de-curitiba-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 07/09/2015.

_____. Poder Executivo. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 7123, de 15 de dezembro de 2005. Disponível em: <
<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=7123&dataInicialEntrada=&dataFinalEntrada=&search=14.938&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>. Acesso em: 07/09/2015.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Lei Complementar n. 103, de 15 de março de 2004. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 6687, de 15 de março de 2004. Disponível em:
<<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=&dataInicialEntrada=15%2F03%2F2004&dataFinalEntrada=15%2F03%2F2004&search=&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. **Documento Síntese.** Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_rotatorios/documento_sintese_2013.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Secretaria do Estado da Educação. Edital 92, de 02 de outubro de 2014, que estabelece as normas para a realização do Processo Seletivo Interno, destinado aos Professores da Rede Pública Estadual do Paraná para provimento de vagas no Programa de Desenvolvimento Educacional –PDE. **Portal Dia a Dia Educação**.

Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/edital92_processo_seletivo_pde_2014.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

PINTO, Regina Pahim, ROSEMBERG, Fúlvia e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**. São Paulo, 2011.

SANTANA, Jair. **A lei 10.639/03 e o ensino de artes nas séries iniciais: políticas afirmativas e folclorização racista**. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SANTANA, Jorge Luiz. **Rompendo barreiras: Enedina, uma mulher singular**. 73 f. Monografia (Bacharelado em História - Memória e Imagem) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTOS, Abel Ribeiro dos Santos. **Educação e relações raciais: um estudo de caso**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SILVA, Marcela Verônica da; LAMINO, Rita de Cássia. A importância do leitor: uma abordagem teórica e metodológica. In: XII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO NORTE PIONEIRO. 2013. Jacarezinho. **Anais...**Jacarezinho: UENP, 2013. p. 18-27.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. UTIDA, Maria Simone et. al. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

APÊNDICE 1 – CAPES: PDE E RELAÇÕES RACIAIS

Universidade/ Escola	Estado	Ligação com outro programa governo	Linha de Pesquisa	Objetivo	Conclusão
UFPR	Paraná	Fundescola (Fundo de Fortalecimento da Escola)-até a data	Políticas Eduacionais	Implicação na gestão e que sentido os gestores dão pde	Dois modelos de gestão: 1 administração gerencial-lógica da reforma do estado; 2 vertente democrática. Possibilidades de mudanças, perspectivas positivas para contribuir na democratização da gestão.
UFJF Juiz de Fora	Minas Gerais	-PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação) -IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)	Gestão Políticas Públicas e Avaliação Eduacional	Análise do PDE- Escola. Em que medida altera a realidade e a dinâmica escolar.	PDE-Escola fundamentos do neoliberalismo e reforma da escola avaliativa, intensifica trabalho docente, recurso financeiro vinculado aos dados estatísticos.
UFPEL Pelotas	Rio Grande do Sul	-PDE-Escola -IDEB	Filosofia e História da Educação	Análise da política educacional pelo MEC.	Há influência do pensamento político pedagógico. Autonomia, democracia e ética.
UFU Uberlândia	Minas Gerais	-PPDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)	Políticas, Saberes e Práticas Educativas	Fundamentos e implicações no contexto escolar. Mudança e permanência da implantação. Análise de diretrizes MEC (Ministério da Educação) e FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).	Gestão democrática não é uma realidade escolar, autonomia e participação. Predomina avaliação sistêmica e cultura do desempenho direcionam o planejamento, o currículo. Qualidade=altos índices nas avaliações.
UTP Tuiuti	Paraná	PDE	Políticas Públicas e Gestão da Educação	Analisar como as políticas estão atuando e as demandas sociais, qual a razão de criar o plano.	Resultados quantitativos por ser foco governamental
UFGD Grande Dourados	Mato Grosso do Sul	PAR (Plano de Ações Articuladas) Comenta- IDEB	Políticas e gestão da educação	Concepção de qualidade ao instituir o PDE. Quais ações	Não criou o próprio conceito de qualidade, usa o nacional. .

		e Prova Brasil (conceito de qualidade interligado ao fluxo quantitativo)		estão sendo colocadas em prática.	Qualidade=altos índices nas avaliações= mais financiamento e assistência técnica. Recurso financeiro dita ações na Seed, sem preocupação para melhorar a aprendizagem e o fluxo escolar. Preocupação: gestão a educação e infraestrutura escola.
UFSC Florianópolis	Santa Catarina	-PDE-escola -Cita o IDEB	Trabalho e educação	Análise de documentos, implementação na escola, estratégias para melhoria da escola, contradições.	PDE-escola tem contribuído na introdução de uma nova racionalidade na gestão, reorientar redefinições e reflexões, produzir comprometimento ativo na comunidade escolar. Poucos efeitos na aprendizagem e no aumento dos indicadores
UNEB Estadual da Bahia	Bahia	-IDEB	Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável	Se havia relação entre implementação do PDE-escola e os resultados do IDEB. Primeira e última escola na colocação no IDEB.	A implementação do PDE-escola não se efetivou na rede municipal, gestores não reconhecem como ferramenta necessária, é mais para captação de recursos e manutenção escolar. IDEB é limitado como indicador de qualidade escolar e educacional.
UEPG Ponta Grossa	Paraná	PDE	História e Política Educacionais	Analisar processo de formulação do PDE-escola.	Oferece contribuição importante ao planejamento na realidade da escola, o programa sofreu alterações ao ser implantado/adequado no Paraná, criação de estratégia de educadores/as para colocar a política em ação. influência da gestão escolar
UFPA	Pará	PDE	Políticas	Quais medidas a	PDE-escola, outros

			Públicas Educacionais	seed usou para viabilizar a efetividade do PDE-escola na seed e na escola municipal.	programas e projetos do Governo Federal são implementados distanciados de sua proposta inicial.
UNESP Estadual de São Paulo	São Paulo	PMSE (Plano de Mobilização Social pela Educação)	Política e Gestão Educacional	Mobilização social pretendida pelo MEC	PDE instrumento de desmobilização social, as metas do PMSE foram transferidas ao PDE
UTP Tuiuti	Paraná	PDE	Práticas Pedagógicas: elementos articuladores	Se havia alteração na prática pedagógica de professores após cursar o PDE, verificando perfil, fatores que influenciaram na alteração.	Houve alteração na prática pedagógica, em relação aos recursos e métodos
PUC/SP Pontifícia universidade católica	São Paulo	PDE	Escola e Cultura: Perspectivas das Ciências Sociais	Exigência conceitual nas produções elaboradas pelos professores que participam do PDE.	O nível de exigência conceitual favorece aquisição de competências cognitivas mais complexas. Forte relação entre conhecimento acadêmico e não acadêmico. Eleva também o nível do material e das aulas aos alunos.
UEL Londrina	Paraná	PDE	Perspectivas filosóficas, históricas e políticas da educação	Análise de políticas públicas para a formação continuada de professores, nacional e estadual.	a política supera os modelos tradicionais dos cursos de formação continuada: tempo para estudar, potencial para modificar a prática, avanço nas TICs, incentivo a pesquisar a própria prática. Contempla dimensão- pessoal, profissional e organizacional.
UNESP Rio Claro	São Paulo	-PDE -IDEB	Educação: Políticas, gestão e o sujeito contemporâneo	IDEB baixo foi encaminhada a realizar o PDE-escola. Constatar se objetivo de implantar o PDE garantiria o fortalecimento da autonomia.; se é concreto/real.	Imposição de metodologia de cima para baixo, padronizada e burocrática. Responsabilização e culpabilização aos professores/as. Monitoramento e cobrança prejudica a

					autonomia.
UNISINOS Vale do Rio dos Sinos	Rio Grande do Sul	-PDE -Prova Brasil -Políticas	Educação, história e políticas	Avaliação de larga escala subsidiando as políticas educacionais. Confluência de estratégias de gestão democrática e desempenho dos alunos nas séries iniciais.	dificuldade em efetivar os processos democráticos, falta de políticas de interação entre secretarias municipais, estaduais e instâncias
UFB Bahia	Salvador	-PDE -MEC	Política e gestão da educação	Refletir sobre as políticas municipais de educação.	protela a definição de políticas mais estruturadas, mantém políticas iníquas de financiamento, dependência política e econômica
UNICAMP Estadual de Campinas	São Paulo	-PDE -UNIÃO -MEC -PAR -IDEB	Planejamento educacional, políticas públicas e gestão educacional	Analisar relação intergovernamental entre união e municípios. Identificar demandas, conflitos e interesses	Não colocou.
UFMS	Mato Grosso do Sul	-PDE -PAR	História, políticas e educação.	Analisar a implantação da sala de recursos funcionais para o AEE (Atendimento Educacional Especializado), indicadores e estratégias	Grande ampliação de salas, mas não ampliaram a oferta do AEE aos alunos. O município teve que realizar convênios e parcerias com instituições especializadas.
UNEB Estadual da Bahia	Bahia	-FUNDESCOLA	Educação, Gestão e desenvolvimento local sustentável	Análise da gestão dos recursos financeiros recebidos diretamente pela escola e se a gestão utiliza essa metodologia PDE	PDE influencia no planejamento Planejamento não tem o rigor metodológico exigido pelo FUNDESCOLA.
UFPA	Pará	-PAR -MEC -IDEB	Políticas públicas educacionais	Como o PDE se implanta e sua efetivação na Semed municipal	PAR ajudou no avanço da qualidade da educação municipal, oferta de cursos e recursos técnicos e financeiros, Semed (secretaria de educação) aplicação do PPP, porque tinha

					baixo IDEB. Perda da autonomia, adoção de medidas impostas pelo governo federal
UFMT	Mato Grosso	-PAR - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação	Cultura, memória e teorias da Educação	Analisar atores, forças e vivências deles que mobilizaram o PAR em nível nacional	Instituições servem para atender a instintos individuais. Mudam-se as pessoas, mas as práticas continuam as mesmas.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Paraná	EAD OCED	Cultura, Escola e Ensino	objetivo de pesquisa, identificar os limites e as possibilidades da formação continuada de professores por meio da EaD	possível constatar por meio da pesquisa que a formação continuada por meio da EaD é uma estratégia viável na opinião de cursistas e tutores e que a medida que o professor percebe a importância das tecnologias para sua própria formação(...) não foi possível por meio da metodologia de pesquisa adotada afirmar se ocorre mudanças na prática pedagógica em sala de aula motivada pelos cursos de formação continuada por meio da EaD
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFP)	Pará	OCDE PDE	Políticas Públicas Educacionais	objeto de estudo as novas regulações da política de formação docente. O problema de pesquisa se refere à relação existente entre as orientações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o processo de regulação das políticas de formação docente no Brasil no período de 2007 a 2010	estudo indica que a OCDE orienta as políticas educacionais brasileiras, o que indica que este é um fenômeno relevante de investigação no sentido de ir além da aparência da ideia de que a cooperação e a parceria da Organização com o governo brasileiro são tênues, uma vez que este não fez adesão como país-membro da OCDE.
UNIVER	Rio de	PNE	Políticas e	Objetivo central	Dificuldades que os

SIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	janeiro	PDE	Instituições educacionais	analisar as aproximações e os afastamentos das declarações internacionais com os planos desenvolvidos no Brasil (PNE -2001 e o PDE -2007).	membros da instituição perceberam a inclusão como espaço de participação legítima.
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP)	São Paulo	PDE FOFA(Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaças)	Formação de educadores	objetivo refletir sobre o papel do gestor escolar na perspectiva do profissional que entende a qualidade da educação como a promoção da aprendizagem dos alunos, e o uso do planejamento estratégico como instrumento gerencial para promover melhor desempenho na gestão dos processos internos da escola.	possível observar que as equipes gestoras ao utilizar o planejamento estratégico dedicaram um tempo para refletirem sobre a realidade em que estão inseridos.
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)	Estado do Paraná	Educação a Distância da SEED/PR (2010) PDE	Políticas Públicas e Gestão da Educação.	Objeto geral foi analisar, a partir do referencial teórico marxista (MARX, 1982; MARX e ENGELS, 2007; PINTO, 1979; SEVERINO, 2007; KOSIK, 2000; PEREIRA, 2003; LOMBARDI, 2010), as políticas de formação continuada a distância de professores no Estado do Paraná, procurando evidenciar seus fundamentos	as políticas de formação continuada de professores no Paraná estão inseridas em um contexto muito complexo, marcado por contradições e luta de classes nas quais as iniciativas para a expansão da formação continuada a distância de professores extrapolam o âmbito estadual e federal, estando orientadas por políticas propostas por organismos mundiais.
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Rio de Janeiro	PDE Plano de Ações Articuladas (PAR)	Indisponível	perquirir a relação entre a política educacional e o pacto federativo, na República brasileira, tendo	constatar que o PAR, referencial para demais planos e ações, ficou na penumbra, não cumprindo o

				como horizonte a participação da sociedade civil popular	anunciado. Os critérios que norteiam seus indicadores, especialmente na gestão democrática, não contribuem para se instaurar uma nova cultura política, no sentido de garantir uma participação substancial no âmbito escolar.
UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ARARAQUARA (UNESP)	São Paulo	Projeto: Escola Viva, Comunidade Ativa (EVCA) PDE	Política e Gestão Educacional	estuda o Projeto: "Escola Viva, Comunidade Ativa" (EVCA), implementado em Minas Gerais, desde 2003, cujo objetivo é conter a violência nas escolas	em Minas Gerais o EVCA representa muito mais uma iniciativa de ordem comunitária do que escolar. E que, em nome da política de parcerias, não reconhece o papel da instituição escolar, neste desafio, especialmente, quanto à preparação competente de seus profissionais.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Rio Grande do Sul/ Gravataí	Plano de Ações Articuladas (PAR) PDE/Plano de Metas/PAR.	Eixo temático 2: políticas de formação, políticas e gestão da educação	objetivo geral foi analisar a implementação do PAR com foco na gestão da execução deste plano, abrangendo a institucionalidade e as práticas no sistema municipal de ensino e nas relações com a União.	resultados do estudo indicam que a gestão da execução do PAR, em Gravataí, apresenta vigores e fragilidades e ocorre de forma centralizada.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	São Paulo/ Campinas	PDDE Manutenção, PDE Escola, Programa Mais Educação e Programa Acessibilidade, e um municipal, o Programa Conta Escola	Planejamento Educacional, Políticas Públicas e Gestão Educacional	trata da gestão dos recursos transferidos diretamente para as escolas municipais de ensino fundamental de Campinas/SP e sua destinação, no período compreendido entre 2009-2010.	
UNIVERSIDADE DO	Bahia	PAR – Plano de Ações Articuladas	Educação, Gestão e Desenvolvimento	objetivo analisar a etapa de Acompanhamento	perceber como se configurou o processo de Regime

ESTADO DA BAHIA (UFBA)		PDE SEC/UFBA	nto Local Sustentável	de Monitoramento do PAR – Plano de Ações Articuladas, que teve como principal agente articulador entre a União, os Municípios e os Territórios, o Estado da Bahia através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.	de Colaboração do PAR, junto aos municípios e os territórios baianos no Acompanhamento do Monitoramento do PAR.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Paraná	Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná PDE	Cognição, aprendizagem e desenvolvimento Humano	a finalidade verificar a concepção docente quanto ao termo raça no discurso do professor de Biologia e a pesquisa traz como foco o seguinte enunciado: como o professor de Biologia expressa seu discurso docente relativo à abordagem conceitual de raça utilizada na disciplina de Biologia no processo formativo dos estudantes e de sua cidadania?	resultados apontam que a maioria das professoras compreende seu papel como agente formador do processo de cidadania dos estudantes. Há o entendimento quanto ao uso da temática raça para desenvolver a reflexão junto aos estudantes. A importância da temática foi confirmada a partir do aporte teórico pautado na pedagogia crítica e na complexidade do discurso científico, possibilitando o entendimento quanto à diversidade humana
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Paraná	Plano de Desenvolvimento da Escola (PDEE) FUNDESCOLA Fundo de Fortalecimento da Escola PDE	Educação, Políticas Sociais e Estado	objetivo contribuir para o entendimento do modelo de administração gerencial, aplicado ao campo da gestão educacional.	pesquisa demonstra ainda que o programa em tela enfatiza os aspectos técnicos e organizacionais da gestão escolar, com vistas a dotá-la de maior eficiência, em detrimento daqueles relativos ao ensino e aprendizagem.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO	Rio de Janeiro/Niteroi	Programa Mais Educação (PME) PDE	Práticas Educativas, Linguagens e Tecnologia	objetivo de analisar a concepção de educação integral presente nesse	Resultados da investigação nos apontaram que, apesar do PME compor uma das

DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)				Programa por meio de sua orientação curricular, a partir da objetivação do currículo prescrito, no âmbito da Política	ações do PDE, ele se apresenta como uma estratégia para induzir estados e municípios a ampliarem a jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral constatar também que o PME contempla uma proposta de educação integral pautada na formação humana e na proteção integral e suas orientações curriculares
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	Mato Grosso/ Campo Grande	IBGE, do INEP/MEC PDE	Políticas e gestão da educação	objetivo de analisar a institucionalização do monitoramento e suas repercussões na configuração da gestão da escola, com o intuito de responder como o monitoramento do ensino fundamental se materializa na escola e com quais implicações para a gestão escolar.	a lógica do monitoramento internacional da qualidade da educação (expressa em estudos, pesquisas e avaliações em larga escala) chegou à política educacional brasileira e adentrou a escola, a sua dinâmica e trazendo implicações para a gestão escolar. Sendo que a gestão na Escola observada não só adere ao monitoramento externamente induzido, como passa a criar os seus próprios mecanismos para monitorar o desenvolvimento do seu ensino fundamental, buscando sua melhoria e, também, melhores resultados em avaliações externas.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Ceará	(PDE) e os rebatimentos da política de integração EM/EPT	Filosofia e sociologia da educação	verificar se, de fato, a integração proposta aponta para superação da dualidade	concluir que a educação escolar, em suas formas e níveis, desde os rudimentos

(UFC)				característica do contexto educacional do País, mormente no nível médio	históricos, evidencia concepção dual da realidade que legitima o status quo classista, favorecendo, desta feita, a manutenção/aprofundamento das desigualdades sociais, conformando a formação humana aos limites do sistema capitalista, tornando-se imprescindível, portanto, sua superação.
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	Mato Grosso do Sul	Plano de Ações Articuladas (PAR) PDE	Políticas educacionais, gestão da escola e formação docente	analisar como os gestores dos municípios de Campo Grande e Coxim, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, utilizam os resultados da avaliação externa, de modo específico, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR)	Conclui-se que os resultados das avaliações externas não têm sido utilizados pelos municípios como aprimoramento para o planejamento de ações sistematizadas e permanentes, que incentivem a melhoria da qualidade de ensino de suas redes, para além dos resultados de desempenho dos alunos
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Paraná/ Foz do Iguaçu	PDE do estado do Paraná Cita: UNESCO Banco Mundial	Educação, Políticas Sociais e Estado	tem por objetivo identificar quais políticas de formação de professores foram implementadas no município de Foz do Iguaçu no período de 1995-2011 em convergência ou discordância das políticas implementadas no Brasil e no Estado do Paraná no mesmo período	as políticas meritocráticas, realizadas pelo pagamento de abonos salariais e prêmios por mérito pautados no desenvolvimento das competências vêm crescendo nos últimos anos, sendo norteador de novas políticas educacionais.
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	Bahia	PDE IDEB	Política, Gestão e Economia da Educação	revela a complexa relação entre as proposições das novas políticas públicas e a	Isso mostrou que a gestão educacional assentada no trabalho coletivo colabora para a

A (UCB)				materialização dessas nos espaços escolares, pois, ao mesmo tempo em que a avaliação externa, gera informações para subsidiar o trabalho pedagógico das escolas, instaura um clima de competição ao divulgar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB de cada escola.	qualidade da educação quando os resultados passam a ser dialogados pelos membros da escola, mobilizando ações que trarão benefícios para a instituição. Os resultados da pesquisa foram categorizados de acordo com os objetivos específicos e revelaram algumas ações articuladas às diretrizes teóricas e metodológicas apresentadas pela Prova Brasil, bem como às ações e metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação PDE.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(UFMS)	Mato Grosso do Sul	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica-PNEGEB. PDE SED/MS e da UFMS	História, políticas e educação	objetivo geral analisar as matrizes teóricas deste programa por meio da verificação do modelo de gestão incorporado nas mediações de gestão democrática que foram propostas e nas novas formas de organizar e de gerir a escola. A análise empreendida recai sobre a concepção e os pressupostos teóricos do programa, enquanto ação da política educacional.	resultado da pesquisa demonstra que os elementos de mediação propostos para a gestão educacional, fundamentados na gestão democrática, no direito à educação e na qualidade social, apresentados pelo PNEGEB como proposta inovadora na gestão escolar, encontra seus limites nas contradições de uma sociedade capitalista, verificadas sobretudo na subordinação da gestão pública à gestão privada, na medida em que esta assumiu posição hegemônica na produção do conhecimento administrativo
CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	São Paulo	Plano Decenal de Educação para Todos Plano de Desenvolvimento da Educação	Currículo, cultura e práticas escolares	finalidade de pesquisar as políticas públicas curriculares da escola fundamental pública de tempo	concluir que a história da educação integral no Brasil sempre foi marcada por um caráter de descontinuidade, em razão da falta de

		(PDE - Decreto nº 6.094/07), que instituiu o Programa Mais Educação (Portaria Normativa Interministerial nº 17/07).		integral e os reflexos das políticas públicas federais e estaduais nas políticas de ampliação do tempo escolar do município de Bebedouro (SP)	políticas de Estado efetivas e da presença de políticas de governo marcadas pelo caráter assistencialista que esta proposta veio assumindo ao longo dos tempos, provocando uma sobrecarga de tarefas às instituições escolares, cuja função maior deveria ser o compromisso com o saber sistematizado
--	--	---	--	---	---

APÊNDICE 2 – PROJETOS DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA E EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES

	ANO	DISCIPLINA	TÍTULO	AUTOR/A
1	2007	Língua Portuguesa	Estudo de personagens negras na literatura infanto-juvenil	Paulo Sergio Pestana
2	2007	Língua Portuguesa	Pensar é preciso, existir inevitável. Conflito do ser humano?	Carlos Henrique de Fresta dos Santos
2	2007	História	O legado religioso dos afrodescendentes	Valmir Biaca
4	2007	Pedagogia	Racismo e aprendizagem escolar	Tânia Mara Pacifico
5	2007	Gestão Escolar	Mapeando as denúncias contra escolas da rede estadual de ensino do Paraná	Maria Rosi Nichele
6	2008	Língua Portuguesa	Poesia: um caminho possível nas trilhas da educação	Elair de Macedo e Silva Grassani
7	2008	História	A cultura afro-brasileira e o ensino de História na EJA: sentidos e olhares a partir de uma experiência	Eliana Gurski da Silva
8	2008	História	A Lei 10639/03 e a importância de sua implementação na Educação Básica	Joceli Domanski
9	2008	História	A Lei 10639 e o combate ao racismo no espaço escolar: a trajetória do negro na história do Brasil	Neuton Damasio Pereira
10	2008	História	Fala e imagem: a lembrança de alunos afro-descendentes sobre a representação social do negro no livro didático	Rozana Teixeira
11	2008	História	Relações Étnico-Raciais na Escola	Silvana Klenk Walter

12	2008	História	Máscaras africanas, colonialismo e estereótipos: relações inter-culturais em movimento	Sueli Maria Strapasson
13	2008	História	Quilombos no Brasil: uma abordagem histórica possível na perspectiva da Lei 10.639/03.	Telmary Kazmierczak
14	2008	História	LEI 10.639/03: diminuindo a distância entre o prescrito legal e o vivido real	Claudio Fernandes dos Santos
15	2008	Sociologia	Educação das relações étnico-raciais: desnaturalizando o racismo na escola e para além dela	Edna Aparecida Coqueiro
16	2008	Pedagogia	Ação afirmativa em educação para negros	Adir Simao de Souza
17	2008	Língua Estrangeira Moderna - Inglês	O uso da poesia afro-americana em sala de aula e a produção de sentidos: uma perspectiva de trabalho para o ensino e aprendizagem de língua inglesa segundo a proposta do letramento crítico.	Elza de Fatima Dissenha Costa
18	2009	História	A Lei 10.639/03 e o mito da democracia racial nas escolas públicas do Estado do Paraná	Rosimeire Aparecida Rado
19	2009	História	Quilombolas do Vale do Ribeira na história e cultura afro-brasileira: uma prática no ensino de história na educação básica	Solange Biora
20	2009	História	Sincretismo cultural e racial na obra os pastores da noite	Suzani Schneider
21	2009	História	Negro que te quero negro	Veroni Salete Del Re
22	2009	História	Aplicabilidade da Lei 10.639/03 na prática docente	Bernadete Alves de Castro
23	2009	História	Comunidade Quilombola	Haide de Almeida Moreira
24	2009	História	Abordagem do conceito substantivo da abolição da escravatura no Brasil, a partir do uso de fontes históricas: um trabalho com fontes escritas	Maria Aparecida Cardoso Machado
25	2009	Ciências	Conhecimento etnobotânico: resgate e valorização dos pressupostos civilizatórios de indígenas e africanos na disciplina de ciências	Claudemira Vieira Gusmao Lopes
26	2009	Ciências	Conhecimento sobre as plantas: alecrim, capim-limão e poejo entre alunos do ensino fundamental em escola da região metropolitana de Curitiba	Eliane Cenci Proenci Cardozo
27	2009	Filosofia	Filosofia, teatro e ensino: uso da linguagem cênica nas aulas de filosofia no ensino médio	Sergio Cunha da Silva
28	2009	Educação Física	Cultura corporal e etnias: uma proposta de dança afro brasileira nas aulas de	Marisol Ana Bavaresco Branchier

			educação física no ensino médio	
29	2009	Educação Física	A dança na educação física escolar: alguns passos no reconhecimento de uma brasilidade dançante.	Marlene Carmona de Figueiredo Gomes
30	2010	História	Ações afirmativas na educação: a implementação de cotas raciais no vestibular da UFPR	Aurea de Brito Santana
31	2010	História	História e poesia afro-brasileira: reterritorialização do/a negro/a no espaço escolar	Dalton Luiz Gandin
32	2010	História	Negro, o cidadão brasileiro!	Dalva Fatima Franzo Weinand
33	2010	História	A construção dos ritmos e sons que compõe a nacionalidade brasileira: uma proposta de trabalho por meio das multimídias	Elizabeth da Silveira Levinski
34	2010	Pedagogia	Tessituras entre as relações étnicorraciais e o currículo da escola pública do Paraná	Cristiane Aparecida dos Santos
35	2012	História	Aqui também é meu lugar	Angela Aparecida Storto
36	2012	História	A capoeira como arte: um recorte metodológico que permite relacionar contextos históricos reveladores da questão racial brasileira	Jucimara Inacio de Lima
37	2012	História	Diálogos escolares para identificar e desarticular os discursos de preconceito racial	Leir de Arruda
38	2012	História	O samba revelando questões sociais das populações negras no Brasil: a questão racial em discussão na escola	Ivonete Pedron Pereira
39	2012	História	A influência da dança na cultura afro na história: a capoeira	Moacir Munhoz de Camargo
40	2012	Sociologia	O ensino de Sociologia e o uso de textos não escolares: o caso da história e cultura africana e afro-brasileira	Vera Lucia do Rosario
41	2012	Pedagogia	A lei 10.639 e as práticas docentes	Gilceia Denise Szvarca

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO



Universidade Federal do Paraná

Setor de Educação

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **PDE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A**

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS: PROJETOS DE INTERVENÇÕES, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo (as) pesquisador (ras) **Eliane Regina Graciano e Tatiane Cristina da Silveira** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios decorrentes da minha participação e concordo que os dados (áudio ou questionário) possam ser explorados em relatórios e produções científicas. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidades ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

LOCAL:

DATA:

NOME:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE:

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO - PDE: PROJETO DE INTERVENÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS (2007-2014)

EIXO 1 – PERFIL DO/A PROFISSIONAL:

Nome: (somente com a autorização do participante)
Idade:
Sexo/Gênero:
Cor:
Área de formação: () Graduação () Especialização () Pós-graduação
Tempo de magistério:
Turnos de trabalho:
Outras experiências de trabalho:
Qual função você desempenha hoje em sua escola?
() professor (a)
() pedagogo (a)
() diretor (a)
() secretário (a)
() outro. Qual?
Em qual instância escolar você atua?
() Secretaria Municipal de Educação
() Secretaria Estadual de Educação
() Escola Particular
() Outro órgão. Qual?
Atualmente, você participa de movimentos sociais ou instituições ligadas à área da temática?
() sim. Qual?
() não
() não, mas desejaria?

EIXO 2 - PERFIL DA ESCOLA:

Tempo de magistério nesta escola:
Ano de ingresso na escola:
Turnos de trabalho:
Ano de ingresso na escola:

EIXO 3 – PERFIL DO PROJETO

Título do Projeto:
Ano do Projeto:
Orientador/a PDE:
Instituição Superior - PDE: UFPR () UTFPR () FAP ()
Nome do Colégio:
Município do Colégio:
Turma e nível do projeto:
Turno:

EIXO 4 – CURRÍCULO PDE, FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

- (1). Como conheceu e o que motivou a participar do PDE?
- (2). Como foi durante esse período de afastamento (a quantidade/porcentagem de horas de afastamento no primeiro (100%) e no segundo (25%) ano do curso) o tempo foi suficiente para sua formação e o desenvolvimento do projeto de intervenção?
- (3). A organização curricular e os conteúdos do currículo PDE ajudaram no processo de formação continuada? E na elaboração do Projeto? Que tipo de conteúdo vocês tiveram? Quais os que mais contribuíram para a sua formação? Por que?
- (4). Em alguma disciplina/modulo foi aborda a questão da educação para as relações étnico-raciais?
- (5). Você frequentou algum curso direcionado para as relações étnico-raciais, a Lei 10.639/08 ou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? Foram realizados por quem? Secretaria de educação, ONG, universidades?
- (6). O PDE proporcionou instrumentos para que você fizesse uma interlocução entre as teorias estudadas e sua prática pedagógica?
- (7). Foi possível articular sua prática pedagógica e problematizar a própria docência por meio da pesquisa? Como?

As suas experiências anteriores de formação continuada aconteceram no âmbito de quais segmentos? Se necessário, registre mais de uma opção.
<input type="checkbox"/> atividades/cursos ofertados por Universidades
<input type="checkbox"/> atividades/cursos ofertados pelo sistemas estadual de ensino
<input type="checkbox"/> atividades/cursos ofertados pelos sistemas municipal de ensino
<input type="checkbox"/> atividades/cursos ofertados por movimentos sociais e/ou populares
<input type="checkbox"/> atividades/cursos ofertados por associações ou instituições ligadas à temática
<input type="checkbox"/> outra instituição ou experiência. Qual? _____
<input type="checkbox"/> esta é a primeira experiência de formação continuada de que participo.

EIXO 5 – PROJETO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

- (1). Por que desenvolveu seu projeto direcionado para relações raciais? Quais foram?
- (2). Qual (ais) autor (ores) fundamentou (ram) o projeto?
- (3). Teve alguma objeção por parte de seu orientador/a?

- (4). Teve alguma objeção de pessoas da escola?
- (5). A proposta foi dirigida a estudantes ou professores? Como receberam a proposta?
- (6). Que tipo de questionamento o seu projeto sofreu?
- (7). Você incluiu ou incluiu a discussão sobre relações raciais em outros momentos além do PDE?
- (8). Como você tomou conhecimento da Lei 10.639/03? Há algum trabalho realizado no colégio?
- (9). Você utilizou material didático? Quais?
- (10). Qual o material didático-pedagógico você produziu? Quais foram os efeitos? O que considerou mais efetivo?
- (10). Como foi a aplicação do Projeto? Quais os desafios e que deram certo?
- (11). Houve relação interdisciplinar?
- (12). Houve apoio da direção do colégio? E dos outros/as profissionais?
- (13). Qual foi a interação dos/as estudantes com o Projeto de Intervenção?
- (14). Quais foram os objetivos profissional e pessoal com o Projeto de Intervenção? Foram alcançados?
- (15). Como se deu a escrita do artigo após a vivência do projeto?
- (16). Deu continuidade ao Projeto?

EIXO 6 – RELAÇÕES RACIAIS E VIVÊNCIAS

- (1). Qual o significado do projeto que realizou para a educação, e acredita que este constituiu como um caminho na formação integral dos sujeitos?
- (2). Acredita que seria necessário ter um respaldo maior dos órgãos competentes, como a Secretária da Educação (ou outros), para efetivar concretamente no que se refere as questões que correspondem a questão racial? De que forma?
- (3). As práticas discriminatórias e racistas bem como as desigualdades econômicas têm repercussões diretas no fazer pedagógico do cotidiano escolar e no rendimento dos estudantes?
- (4). Acredita que as implementações de políticas públicas educacionais exigem maior investimento na reorientação curricular, na formação inicial e continuada de professores/as, na revisão das metas orçamentárias e na criação de uma gestão pública democrática e efetivamente inclusiva?
- (5). A discriminação racial causa impacto na escola? Quais? Como?
- (6). Seu projeto colaborou (ou pode) para superar esta realidade? Como?

APÊNDICE 5 – LEI 10.639/03

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

APÊNDICE 6 – LEI 11.645/08

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad